



Assembleia Municipal de Sesimbra

**ATA DA 2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 10 DE JANEIRO DE 2014**

-----Aos dez dias do mês de janeiro de 2014, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a 2ª reunião da sessão ordinária de dezembro da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeira e Segundo Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**5. APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL;** -----

-----**6. “PROJETO DA 11.ª ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE JOVENS / 7.º CONCURSO “AS CORES DA CIDADANIA”**-----

-----**7. CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1,5 MILHÕES DE EUROS, NA MODALIDADE DE CONTA CORRENTE** -----

-----**8. JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ACORDOS DE EXECUÇÃO**-----

-----**9. JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

-----Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Francisco Manuel Soares Cordeiro, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro, Rui João Graça Rodrigues, Alain Monteiro Grenho, Carmen Dolores Mártires Marcelino, Maria José da Cruz Vieira Borges e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso; -----

-----Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Joana Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos, Manuel Barros Cardoso e Bertina Pereira João Duarte; -----

-----Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP - Joaquim José Mendes Dias e José Manuel Lobo da Silva;

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE - José António Melo Nunes Guerra;-----

-----Verificou-se ainda a presença do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vitor Ribeiro Antunes; do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus e da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida Almeida da Cruz. -----

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Faltou o Deputado Tiago José dos Santos Silva Aragão. -----

-----Comprovada a existência de quórum, vinte e três presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e cinquenta minutos. -----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS) Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, da Vice-Presidente Felícia Maria Cavaleiro da Costa e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Claudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata e Francisco José Pereira Luís. -----

-----Chamou a atenção para o facto desta reunião ser a continuação da sessão ordinária de dezembro, que teve início no dia 20 de dezembro, com a 1ª reunião. -----

-----Prestou a informação de que o Presidente da Câmara tinha sido eleito para Presidente do Conselho Estratégico do Parque Natural da Arrábida, assim como fora eleito para Presidente da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal. Informou também, que a própria tinha sido eleita para Presidente da Assembleia Distrital de Setúbal no passado dia 6.-----

-----Após prestação de mais algumas informações, nomeadamente acerca das reuniões previstas, deu início ao Período Antes da Ordem do Dia, com indicação de que tinham chegado à Mesa 6 documentos para apreciação e deliberação. -----

-----Informou que numa das reuniões da Comissão de Líderes, onde estava a ser feita a revisão do Regimento, relativamente ao Período Antes da Ordem do Dia, tinha sido entendimento aplicar nesta sessão uma metodologia diferente da que vinha a ser aplicada, ou seja após a leitura de um documento o mesmo seria debatido e votado de seguida, o que permitiria uma maior concentração no documento base. --- -----

-----De seguida, a **Presidente da Assembleia** passou a ler o “**Voto de Pesar Eusébio – O grande mito do futebol português**”, apresentado em nome da Comissão de Líderes, e que a seguir se transcreve:-----

-----“*Eusébio – O grande mito do futebol português*-----

-----*Foi no passado dia 5 de Janeiro que Eusébio da Silva Ferreira, mais conhecido por Eusébio – o Pantera Negra – partiu, embora o seu nome fique para sempre ligado ao desporto nacional e por inerência à história do futebol português.*-----

-----*Eusébio, enquanto jogador do Sport Lisboa e Benfica, fica associado às grandes vitórias do seu clube, mas em representação de Portugal, o grande jogador, nato, fica indiscutivelmente ligado aos grandes momentos de glória do futebol português em competições internacionais.*-----

-----*Eusébio é de há muito referenciado, não só em Portugal mas também por diversas instituições*-----

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*ligadas às estruturas do futebol mundial, como um dos jogadores que mais se destacou no futebol mundial e hoje podemos reconhecer nele "o grande mito do futebol português". -----*

*-----Enquanto jogador, nomeadamente na década de 60 e 70 e em representação da seleção portuguesa, ele transportava também o nome de Portugal à escala mundial, e atualmente, colegas de hoje e de ontem, treinadores, dirigentes dos diversos clubes, representantes federativos, organizações desportivas mundiais e publico em geral, prestam a sua homenagem, com reconhecimento público ao homem e jogador, a quem chamavam o Rei. -----*

*----- A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 10 de Janeiro de 2014, delibera associar-se ao reconhecimento público a este grande mito do futebol português, enviando as sentidas condolências à sua esposa, filhas, restantes familiares e amigos, à direção do Sport Lisboa e Benfica, à Federação Portuguesa de Futebol e à Liga de Futebol Profissional pela perda do familiar, do jogador e do homem Eusébio da Silva Ferreira. -----*

*-----Dar conhecimento: -----*  
*-----Família de Eusébio da Silva Ferreira, Sport Lisboa e Benfica, Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-ministro, Embaixada Moçambicana em Portugal, Liga de Futebol Profissional, Federação Portuguesa de Futebol, Associação de Futebol de Setúbal, Comité Olímpico de Portugal, Casa do Benfica de Sesimbra, Comunicação Social Nacional, Regional e Local." -----*

*-----Colocado a votação, a Assembleia Municipal **aprovou o Voto de Pesar "Eusébio" por unanimidade** e guardou um minuto de silêncio em memória do falecido. -----*

*-----De seguida, foi dada a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira**. O Deputado aproveitou para cumprimentar e felicitar a Presidente da Assembleia Municipal pela eleição para Presidente da Assembleia Distrital, bem como o Presidente da Câmara pelos dois cargos para os quais tinha sido eleito.*

*-----De seguida, passou a ler o **Voto de Pesar "Manuel Seabra – Deputado pelo círculo do Porto"** em nome da Comissão de Líderes.-----*

*-----"Vítima de doença prolongada faleceu no dia 1 de janeiro no IPO do Porto, aos 51 anos, o deputado do PS Manuel Seabra. -----*

*-----Tinha sido vice-presidente, e presidente em exercício, da CM de Matosinhos, nossa "parceira" como autarquia ligada às pescas, da qual se havia demitido na sequência da triste ocorrência da morte de Sousa Franco durante a campanha eleitoral de 2004 na lota de Matosinhos.-----*

*-----A doença e a morte não escolhem idades assim como não nos diferencia uns dos outros naquilo que é o nosso papel na sociedade e na vida coletiva. -----*

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----À família enlutada e ao PS, a AM de Sesimbra, reunida em 10 de janeiro de 2014, delibera expressar os seus votos de profundo pesar. -----

-----Dar conhecimento à Assembleia da República.”-----

-----Colocado a deliberação, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, o Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Seabra, e guardou um minuto de silêncio em sua memória:-----

-----De seguida, foi dada a palavra ao **Deputado José Guerra**, para que este lesse a **Moção subordinada ao título APELO PARA A REVOGAÇÃO DA LEI DAS 40 HORAS**, apresentada pelo seu Grupo Político e que a seguir se transcreve: -----

-----“Considerando que: -----

-----1 - O Governo impôs o aumento do horário de trabalho na Administração Pública Central e Local de 35 horas semanais para 40 horas, sob o argumento da igualização do horário de trabalho com o praticado no setor privado, escondendo que esse é o limite máximo, mas que em muitos locais de trabalho e setores o horário de trabalho praticado é efetivamente inferior.-----

-----2 - O aumento de 35 para 40 horas semanais não traz maior produtividade aos serviços nem vai tornar mais eficaz o atendimento aos munícipes, objetivos que devem encontrar soluções no âmbito organizacional e da formação.-----

-----3 - O aumento do horário de trabalho consubstancia uma perda de direitos e da retribuição, faz crescer os fatores de descontentamento e de mal-estar laboral que, esses sim, prejudicam a produtividade e a identificação dos trabalhadores com os objetivos de serviço público do município.-----

-----4 - Além disso, o prolongamento da jornada de trabalho prejudica vincadamente a vida pessoal dos trabalhadores e agrava as dificuldades na articulação com as suas responsabilidades familiares e sociais. 5 - Constituindo claramente uma desvalorização salarial (há quem a avalie em cerca de 14%) e uma pressão para a redução de postos de trabalho, o aumento do horário de trabalho não encontra qualquer justificação, nem argumentos, a favor dos trabalhadores e do próprio município. -----

-----6 – O aumento do tempo laboral para as 40 horas, a par do ataque aos direitos dos trabalhadores da Administração Pública Central e Local, concretiza mais um corte brutal da despesa pública e prepara uma vaga de despedimentos, anunciada na proposta de Orçamento do Estado-2014, agravando a recessão económica e as condições sociais no município e no país.-----

-----7 – As centrais sindicais CGTP-IN e UGT já se pronunciaram considerando inconstitucional o Diploma, tendo a verificação da sua constitucionalidade já sido suscitada junto do Tribunal Constitucional.

-----8 – Nos termos do artigo 241.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa as autarquias

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*locais dispõem de quadros de pessoal próprio, nos termos da lei, constituindo este preceito um corolário do Princípio da Autonomia das Autarquias Locais.* -----

-----9 – *Nos termos do artigo 35.º, n.º 2, alínea a) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete ao Presidente da Câmara Municipal decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção de recursos humanos afetos aos serviços municipais.* -----

-----*Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em 10 de janeiro de 2014, deliberou recomendar ao Ministro da tutela e ao Governo em geral o cumprimento, do artigo 25.º, n.º 2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, onde está explícito o Princípio da Autonomia das Autarquias Locais e exigir a revogação do aumento do horário de trabalho dos funcionários de todos os serviços do município”.* -----

-----*Não houve manifestações de intervenção, pelo que a Moção foi colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 20 votos a favor (12 CDU; 6 PS; 1 PSD/CDS-PP; 1 BE) e 2 votos contra do MSU.*-----

-----*No momento da votação o Deputado Mendes Dias encontrava-se ausente.* -----

-----*Fizeram **Declaração de Voto** o Grupo Municipal MSU e o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Victor Ribeiro Antunes.*-----

-----*O **Deputado Miguel Ribeiro** aproveitou para felicitar a Presidente da Assembleia e o Presidente da Câmara pelos lugares para os quais tinham sido eleitos, tendo lido de seguida a seguinte Declaração de Voto:*-----

-----*“O Movimento Sesimbra Unida está de acordo com o alargamento para as 40 horas do horário de trabalho dos funcionários públicos, pois já era tempo de se equiparar nesta matéria ao setor público e setor privado. Apenas não concorda que tal alargamento tenha a aplicação universal que o Governo pretende ou pretendia, ou seja, que se assuma como obrigação e não como mera referencia, tal como sucede em sede de contrato individual de trabalho. A verdade é que apesar de ter legitimado tal aumento das 40 horas, o Acórdão do Tribunal Constitucional que apreciou esta questão deixou em aberto a possibilidade de celebração de acordos de contratação coletiva que prevejam a redução do novo horário de referência das 40 horas, considerando que, apesar da aprovação do Diploma do Governo se sobrepor ao atual acordo coletivo da função pública, para o futuro não fica impedida a consagração, por via da negociação coletiva de alterações ao novo período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas, em sentido mais favorável a esses trabalhadores sem esquecer a possibilidade de redução desse horário através da via legislativa. Em suma, o Acórdão do Tribunal Constitucional deixa espaço à*

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*autonomia das Câmaras Municipais para a celebração de convenções coletivas de trabalho que permitam reduzir o horário das 40 horas, redução essa que o Movimento Sesimbra Unida entende ser justificada, senão gerar um aumento de trabalho suplementar e se em termos de reorganização administrativa dos Serviços conduzir a uma maior eficiência e ao aumento da produtividade dos funcionários. Por todos os motivos aduzidos, votamos desfavoravelmente a Moção do Bloco de Esquerda”.*-----

-----O **Deputado Vítor Antunes** felicitou igualmente a Presidente da Assembleia e o Presidente da Câmara pelas eleições que tinham ocorrido.-----

-----De seguida apresentou a seguinte Declaração de Voto, relativamente à Moção votada: -----

-----“Votei favoravelmente o presente documento em coerência com a ação que protagonizei na Junta de Freguesia a que presido: discuti com os representantes dos trabalhadores um Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública, propus esse Acordo à consideração do Executivo que o aprovou por unanimidade, subscrevi esse Acordo com os representantes dos trabalhadores, tendo sido a primeira autarquia do concelho a fazê-lo, enviei de imediato o Acordo ao senhor Secretário de Estado da Administração Pública para ratificação e publicação e submeti-o à consideração da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde que o ratificou por unanimidade. Consequentemente, o meu voto aqui só podia ser favorável”. -----

-----Os trabalhos prosseguiram, tendo a **Presidente da Assembleia** informado que a recomendação que iria ser apresentada pelo PSD, já tinha sido apreciada na Assembleia Municipal realizada a 28.11.2013, onde tinha sido aceite pelos proponentes que a mesma baixasse à Comissão de Líderes, tendo estado presente em duas reuniões, onde acabara por ser apreciada favoravelmente ao nível da Comissão de Líderes.-----

-----De seguida deu a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** para que este fizesse a leitura da **“Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra, sobre isenção de Derrama:**-----

-----O Município de Sesimbra precisa de captar investimento e tem ao seu dispor mecanismos à sua disposição para atrair investidores, como sejam o Parque Tecnológico da Carrasqueira e aliado a ele o renovado Plano de Acessibilidades ao Concelho.-----

-----Reconhecendo que quem tem que promover este equipamento (Parque Tecnológico) e outros, são os promotores, o Município de Sesimbra pode em nosso entender associar-se à captação de novos investimentos e em simultâneo criar condições para a redução do desemprego no seu Concelho. -----

-----Há que dar um sinal aos investidores e empresários.-----

-----Sabendo que as receitas provenientes da aplicação da Derrama são importantes para o Município

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

de Sesimbra, mesmo assim a Assembleia Municipal de Sesimbra recomenda à Câmara Municipal que: ---  
-----Isente da derrama por um período de 3 anos as empresas que instalem a respetiva sede social,  
assim como as empresas que já tenham a sua sede social no Concelho de Sesimbra e que criem novos  
postos de trabalho efetivos. -----

-----Microempresas – 1 Posto de Trabalho -----

-----Pequenas Empresas – 3 Postos de Trabalho -----

-----Médias Empresas – 6 Postos de Trabalho -----

-----Grandes Empresas – 12 Postos de Trabalho -----

-----A manutenção da isenção em anos subsequentes fica à mercê da continuidade do mínimo de  
postos de trabalho criados.”-----

-----O **Deputado Manuel José Pereira** solicitou intervenção, tendo referido que a posição do Partido  
Socialista tinha sido “cavada” à última da hora, na medida em que tinham a convicção de que se não  
devia isentar novas empresas e deixar de fora as existentes, pois estas últimas vinham a ser o suporte do  
trabalho, da economia e do emprego concelhio. -----

-----Disse terem questionado o porquê de isentar só em determinadas condições, referindo julgar que  
quem iria ter mais capacidade de criação de emprego seriam as pequenas e médias empresas, sendo  
estas as responsáveis por cerca de 75% do emprego do país, ao nível privado. Disse julgar que  
tendencialmente essas seriam as beneficiadas com essa medida. -----

----- Acrescentou que, tendo em conta que o Partido Socialista tinha votado contra a aplicação da  
Derrama, e que tinha sido a única força política a fazê-lo, impunha-se esta justificação. Preferiam não ter  
que continuar a votar contra, admitindo que a Câmara seguiria essa recomendação, que também a CDU  
votava favoravelmente. -----

-----Interveio de seguida o **Deputado Alain Monteiro**, que felicitou a Presidente da Assembleia e o  
Presidente da Câmara pelos cargos para os quais tinham sido eleitos. -----

-----Quanto à dúvida que o Partido Socialista tinha, indicou que a CDU iria votar favoravelmente a  
recomendação, até porque também tinha participado na sua elaboração, à semelhança das outras forças  
políticas. -----

----- Dado não haver mais solicitações de intervenção, a **Presidente** colocou a deliberação a  
recomendação **à Câmara Municipal de Sesimbra, sobre isenção de Derrama**, tendo a mesma sido votada  
favoravelmente por unanimidade. -----

-----Foi dada a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues**, que passou a ler, em nome da CDU, a **Moção**

Ata nº5 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

**sobre a Revisão do Plano de Ordenamento do Plano Natural da Arrábida (POPNA), que a seguir se transcreve:-----**

-----“O Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA) foi aprovado em 2005 e veio impor um conjunto de limitações na sua área de influência, nomeadamente limitação à atividade piscatória no Parque Marinho Luiz Saldanha.-----

-----As implicações deste Plano de Ordenamento, nomeadamente as limitações à pesca artesanal, foram bastante contestadas por populações, autarquias, associações e entidades representativas dos pescadores.-----

-----A 27 de Julho de 2005, a Assembleia Municipal de Sesimbra realizou uma sessão extraordinária temática sobre o POPNA, que contou com uma grande participação da população do concelho, onde se constatou à data as profundas apreensões sobre o impacto deste Plano junto das comunidades residentes na área de intervenção do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida.-----

-----Assim, aquando da aprovação do Plano o Governo assumiu a sua revisão passados três anos.-----

-----Entretanto passaram já nove anos e não foi iniciado qualquer processo de revisão. A revisão pode e deve ser um momento importante de reflexão de modo a encontrar as soluções mais adequadas que garantam a proteção da natureza e a existência das atividades humanas tradicionais do parque.-----

-----Recordamos ainda que a Assembleia da República aprovou 3 resoluções por unanimidade que tinham em vista o início da revisão do POPNA, publicadas a 22 de Dezembro de 2011 – Resolução da Assembleia da República nº154/2011;nº155/2011 e nº 156/2011, respetivamente do PCP, PSD e PEV. Estas resoluções recomendam ao Governo a revisão do POPNA através da promoção de um amplo debate público, que considere os contributos das populações e entidades locais na futura proposta, a elaboração de estudo que avalie os impactos económicos, sociais e ambientais das medidas restritivas implementadas nas condições de vida das populações locais e que preveja uma estratégia de desenvolvimento que permita o abandono progressivo da extração de inertes, assim como a recuperação destas áreas.-----

-----Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida em 10 de Janeiro de 2014 delibera:-----

- 1. Agendar a realização de uma assembleia municipal temática sobre o POPNA
- 2. Solicitar ao Governo o início da revisão do POPNA-----

-----Enviar esta moção:-----

-----À Sra. Presidente da Assembleia da República; Ao Sr. Primeiro- ministro; Aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República; Câmara Municipal de Setúbal; Assembleia

Ata nº5 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

*Municipal de Setúbal; Câmara Municipal de Palmela; Assembleia Municipal de Palmela; Associação de Armadores de Pesca Artesanal Local do Centro e Sul; Sesibal; Sindicato do Setor das Pescas; Associação dos Comerciantes e Serviços do Distrito de Setúbal; Comunicação Social Local e Regional.” -----*

-----Solicitou intervenção, o **Deputado Manuel José Pereira** que indicou que o Partido Socialista concordava e que disponibilizaria para participar enquanto orador, se assim fosse entendido, um Deputado ou mais pelo círculo de Setúbal.-----

----- Informou que à data, em que tinham sido aprovadas as Resoluções na Assembleia da República, o PS também tinha feito uma proposta de Resolução, que ia não só no sentido de exigir a revisão, mas também para que se efetuasse um trabalho de avaliação daquilo que estariam a ser as consequências da implantação do POPNA, nomeadamente no Parque Marinho.-----

----- Acrescentou que essa visão do PS na altura, e que correspondia a um desenvolvimento mais acentuado de toda esta matéria do que propriamente as Resoluções que tinham sido aprovadas, não tinha merecido o apoio das restantes forças, mas continuavam a achar que se justificava uma opção dessa natureza. -----

-----Mais recentemente, aquando da discussão do Orçamento de Estado para 2014, a mesma Deputada tinha feito uma pergunta ao Senhor Ministro, que tinha ficado sem resposta, e que se prendia com o saber para quando o Governo pensava implementar a avaliação tão requerida, e dantes até mesmo pelo PSD, do impacto que o Plano tinha tido. Salientou que o PS comungava das preocupações dos restantes Deputados, e disponibilizava-se a colaborar ativamente nessa Assembleia Temática.-----

-----Interveio o **Deputado Lobo da Silva** que indicou que os Deputados do PSD iriam votar favoravelmente esta Moção, porque no fundo esta vinha no seguimento da tomada de posição dos Deputados do PSD na Assembleia da República. Indicou que também estavam disponíveis para trazer um Deputado do círculo de Setúbal, ligado a esta área de ação do POPNA, para essa Assembleia Municipal temática. -----

-----**A Presidente** informou que após deliberação da realização uma Assembleia Municipal temática, a mesma era organizada ao nível da Comissão de Líderes, por forma a estipularem não só o figurino de funcionamento, que naturalmente era diferente de outra sessão, bem como definir os elementos a convidar, uma vez que já tinha sido manifestado da parte dos Deputados Manuel José Pereira e Lobo da Silva, e certamente também seria por parte dos outros grupos políticos, assim como também teriam de decidir quais as entidades a convidar. -----

-----**O Deputado Rui João Rodrigues** disse ser óbvio que esta questão fosse tratada ao nível da

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Comissão de líderes, e na sua opinião a mesma deveria ter o mesmo formato da que se tinha realizado a 27 de julho de 2005 e que tão bons resultados tinha tido. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia colocou a **Moção sobre a Revisão do Plano de Ordenamento do Plano Natural da Arrábida (POPNA)** a votação, tendo a mesma sido votada favoravelmente por unanimidade. -----

-----**A Presidente da Assembleia** Municipal deu de seguida a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira**, para que este lesse uma Recomendação à **Câmara Municipal subordinada ao assunto “Funcionamento dos Mercados municipais em dias de greve”** apresentada pelos grupos municipais do Partido Socialista e Movimento Sesimbra Unida, e que se passa a transcrever: -----

-----*“Considerando:-----*

-----*1. Que se vive um período de grande insatisfação social na população em geral, com propensão à realização de greves;-----*

-----*2. Que os concessionários de bancas, lugares de terrado e lojas municipais, entre outros concessionários do Município da esfera da economia privada, sentem necessidade de trabalhar o maior número de horas e dias possível;-----*

-----*3. Por último, a recente deliberação desta AM, que reduziu as taxas e rendas a cobrar pelo Município nestas atividades, o que confirma a sensibilidade económica dos autarcas sesimbrenses. -----*

-----*A AM de Sesimbra, reunida em 10 de janeiro de 2014, delibera recomendar à Câmara que encontre uma solução que permita evitar equívocos desnecessários, como os que aconteceram com o Mercado municipal da Quinta do Conde na última greve de 8 de novembro de 2013, possibilitando o funcionamento dos mercados municipais em dias de greve.-----*

-----**A Presidente da Assembleia Municipal** abriu o Período de Discussão, tendo solicitado o uso da palavra, o **Deputado Miguel Ribeiro**, que lembrou que o MSU já tinha levantado esta preocupação com a abertura dos mercados em dia de greve, de forma a salvaguardar os interesses dos comerciantes. Acrescentou que sendo certo que se vivia num período de crise económica, era importante que os comerciantes pudessem, de uma forma livre, exercer a sua atividade. -----

-----Acrescentou que naturalmente, também entendiam que era possível salvaguardar o direito à greve, que era um direito constitucional, salvaguardando ao mesmo tempo o direito destes comerciantes exercerem a sua atividade nos dias em que o mercado podia e devia estar aberto, pelo que a MSU tinha subscrito esta recomendação. -----



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----De seguida, usou da palavra o **Deputado Mendes Dias** que referiu que esta recomendação, apresentada pelo PS e MSU, não tinha da parte do PSD oposição, no entanto gostariam que nessa recomendação pudesse ser acrescentado algo mais, na medida em que achavam que faltava aí uma componente que era importante, e que o Deputado Miguel Ribeiro tinha referido, e que era o direito dos trabalhadores à greve e isso era um direito inalienável que não podia ser posto em causa, mas a própria Lei da greve também definia direitos e formas de a greve ser feita e não prejudicar outros.-----

-----Indicou que aquilo que iriam sugerir era algo muito simples que tinha a ver com a parte deliberativa, que era acrescentar que o município poderia decidir quais eram os serviços mínimos necessário para o funcionamento dos mercados municipais. Ao decidir que para um determinado lugar era necessário um serviço mínimo, os trabalhadores teriam que negociar com a Câmara Municipal o número necessário para que esses serviços mínimos fossem assegurados, e para que o serviço público de abastecimento fosse assegurado e portanto todos os pressupostos que estavam nos considerandos fossem salvaguardados.-----

-----Interveio o **Deputado Francisco Cordeiro**, que disse estranhar esta recomendação, acrescentando que não podiam nesta Assembleia Municipal querer que a Câmara Municipal cometesse ilegalidades, no entanto era o que os proponentes dessa recomendação estavam a propor.-----

-----Acrescentou que com certeza não se tinham abeirado da Lei da Greve, por forma a verem que a substituição de trabalhadores em greve não podia ser equacionada, pois esses não podiam ser substituídos por ninguém. Referiu que se os mercados pudessem trabalhar sem trabalhadores todos os dias se calhar isso aconteceria, pois certamente daria jeito às organizações, que poupariam dinheiro. -----

-----Chamou a atenção para o facto dos mercados, na Lei da Greve, não se enquadrarem nos serviços mínimos, pois não estavam ligados à segurança ou à saúde.-----

-----Salientou que as atuais políticas, dos diversos governos e em particular do atual, potenciavam a greve por parte dos trabalhadores. Lembrou que os trabalhadores ao fazerem greve perdiam um dia de salário, o que nalguns casos eram 15 ou 20 euros que faziam muita falta ao fim do mês, mas com consciência de classe perdiam esse dia.-----

-----Tinham igualmente pena dos comerciantes, mas esses viviam também dos trabalhadores da autarquia e do município, pelo que deveriam estar solidários, apesar de também perderem com isso, mas essa era uma contingência da situação.-----

-----Frisou que a Lei tinha de ser cumprida na Câmara, e noutras organizações.-----

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O **Deputado Alain Monteiro** solicitou o uso da palavra, tendo dito que o objetivo de uma greve era criar impacto, e era com esse impacto que se criava pressão, neste caso sobre o Governo.-----

-----Referiu que ao retirarem este impacto da greve, a mesma perdia a sua força e sentido e os trabalhadores acabariam por fazer uma greve que não serviria absolutamente para nada, a não ser para perderem o seu dia de trabalho e vencimento.-----

-----Por outro lado, a Câmara também já tinha demonstrado ser sensível às questões das pessoas que trabalhavam no mercado, e no comércio em geral no concelho. A recomendação fazia de facto menção dessa situação, nomeadamente a menção de que a Câmara tinha baixado as rendas e as taxas.-----

-----Disse gostar de referir uma situação que era importante para a CDU, informando que tinha sido apresentada uma proposta na Assembleia da República para baixar o IVA, e essa sim, seria uma medida que verdadeiramente iria ajudar as micro, pequenas e médias empresas, porque iria fomentar a procura interna, no entanto essa proposta tinha sido chumbada.-----

-----Frisou que essa proposta não iria ter efeito só num dia, mas sim durante a vigência dessa baixa de impostos, por outro lado, a greve dos trabalhadores tinha o impacto de um dia e lamentavelmente todos perdiam, mas de facto era a força que ela tinha e se lhe retirassem isso, retiravam a própria necessidade de fazer greve, e aí anulavam um dos poucos instrumentos que estavam ao alcance dos trabalhadores para demonstrarem o seu descontentamento face à situação que estavam a viver.-----

-----Interveio o **Deputado Manuel José Pereira** que referiu que o direito à greve era absolutamente inalienável e ninguém punha isso em causa, mas também ninguém deveria pôr em causa o direito à não greve, embora não fosse exatamente isso que aí se discutia. Referiu que o que lhe parecia era que, uma situação eram os funcionários municipais, que tinham todo o direito e liberdade de fazer greve, assim como os que não quisessem fazê-la tinham esse direito.-----

----- Esclareceu que o problema eram os concessionários, na medida em que a Câmara tinha um conjunto de entidades que lhes estavam concessionadas, em determinados serviços, e ao impossibilitar que um concessionário do mercado, sabendo todos a situação económica em que estavam todas essas entidades à data, estavam a condicionar a possibilidade dos comerciantes fazerem livremente o seu negócio.-----

----- Acrescentou que o Deputado Francisco Cordeiro falava de um dia de greve, questionando como seria se fossem 10 ou 15. Disse ainda que sobre a questão que o Deputado Mendes Dias tinha referido, informou que quando fora Vereador tinha tido este Pelouro, e tinha chegado à conclusão que não se aplicavam Serviços mínimos ao mercado, mas ninguém estava aí a propor que se fizesse uma ilegalidade,

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

mas sim a propor que houvesse bom senso da parte da Câmara e da parte dos piquetes da greve dos trabalhadores da Câmara. Referiu que se as pessoas efetivamente tivessem vontade de trabalhar e entendessem que isso era importante para a sua atividade, disse julgar que se devia tentar uma solução.---

-----Na altura em que tinha sido Vereador, a solução encontrada prendera-se com um protocolo com uma Associação de Comerciantes, que representava a maior parte dos feirantes e concessionários do mercado, e que ficava com a responsabilidade das instalações do mercado durante os dias de greve, caso não houvesse um trabalhador que não fizesse greve.-----

-----Acrescentou que a Associação de Comerciantes era uma instituição credível e responsável, parceira da Câmara em muitas questões, não lhe parecendo que também não pudesse ser nessa situação. Salientou que era importante que os comerciantes, na medida da sua vontade, pudessem trabalhar ainda que não houvesse nenhum funcionário para assegurar a abertura e o fecho, não se medindo o resultado da greve por essa imposição de dificuldade aos concessionários de poderem trabalhar nesses dias.-----

-----Disse julgar que se o bom senso imperasse, essa recomendação passaria em prol dos pequenos comerciantes do concelho que iam vender e que precisavam, nesta fase de grande aperto económico, de todas as ajudas, e a ajuda dos funcionários da Câmara e da própria Câmara, poderia passar nessa fase por arranjar uma solução.-----

----- Salientou que não queriam impor uma solução, pois obviamente era a Câmara que tinha de analisar a possibilidade de encontrar a solução e não competia à Assembleia, órgão fiscalizador, estar a emitir opinião sobre isso, pois já se tinha falado nisso e ele não tinha deixado de dizer qual tinha sido a solução adotada há uns anos.-----

-----Disse julgar que a Assembleia deveria aprovar a recomendação e ver se havia de facto uma forma de bom senso para resolver o problema e que não ferisse a legalidade.-----

-----Interveio o **Deputado José Guerra** que referiu que esta proposta era um atropelo grave à Lei da Greve, por vários motivos, primeiro porque se a pessoa responsável por abrir o mercado ou outra secção qualquer não entrasse em greve, as portas seriam abertas e as coisas funcionavam. Caso essa pessoa estivesse em greve, não se iria substituir por alguém que por mais credível que fosse.-----

----- Chamou a atenção para o facto de que, se por exemplo, na Quinta do Conde a Associação de Comerciantes abrisse o mercado e houvesse uma situação de distúrbios que provocasse estragos, teria de ser a Câmara a assumir os prejuízos e não a Associação.-----

-----Acrescentou também que, se os enfermeiros estivessem em greve, eles tinham os serviços mínimos, mas ele não estava a ver os assistentes de ação média a fazerem pensos e o restante trabalho

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

dos enfermeiros, como também não estava a ver os maquinistas da CP entrarem em greve e serem substituídos pelos motoristas da CARRIS. Lembrou que nas greves da CP ficavam sem transporte centenas de milhar de pessoas, e mesmo com os serviços mínimos a ausência era elevada nos locais de trabalho. Salientou que uma greve servia para mostrar o descontentamento dos trabalhadores em relação a uma série de coisas, e que se não houvesse um impacto visível a nível nacional, essa não teria sentido.-----

-----Referiu que os Governos tinham vindo a cortar na questão dos contratos coletivos de trabalho, e à data praticamente nenhum Sindicato tinha a palavra, nem mesmo os parceiros sociais, sobre os contratos coletivos de trabalho.-----

-----Lembrou que as várias Associações de Comerciantes e Industriais do Patronato, há muito que defendiam o aumento do salário mínimo nacional, e o Governo pura e simplesmente ignorava, pelo que se continuassem “a dar o dedo qualquer dia não teriam o braço”.-----

-----Usou da palavra, o **Deputado Nuno Ribeiro** que disse ter ficado profundamente chocado com o que tinha acabado de ouvir, nas bancadas da CDU e BE, na medida em que achava que se estava aí a confundir a relevância do direito constitucional à greve. Salientou que o direito à greve era um direito constitucional e fundamental, não sendo um direito fundamentalista, ou seja, não se podia passar por cima de qualquer direito em prol da defesa do direito à greve e era a própria Constituição que dizia isso.---

-----Salientou que existia um princípio na Constituição que se chamava, princípio da proporcionalidade e que dizia o seguinte “ *um direito, por mais fundamental que seja, se colidir com outros direitos tem que ser adequado às necessidades*”, e era esse o caso.-----

----- Estavam aí numa situação em que tinham o direito à greve e tinham o direito ao trabalho, e os comerciantes tinham o direito de exercer a sua atividade profissional. Acrescentou que não se podiam esquecer que os comerciantes não eram funcionários, e se pagavam rendas pelas bancas que usavam, tinham direito a serem tratados de forma devida, e em relação a esta greve de dia 8 tinham conhecimento que os comerciantes não tinham ficado nada satisfeitos com o que tinha acontecido. -----

-----Acrescentou que era possível ajuizar uma situação que permitisse salvaguardar, quer o direito à greve, quer o direito desses comerciantes exercerem a sua atividade. Viviam numa situação difícil e não era justo pedir aos comerciantes que prescindissem de um ou dois dias de trabalho para ver se tinha um maior impacto, pois não era assim que a greve teria maior impacto.-----

-----Disse parecer-lhe que a situação referida da celebração de um protocolo entre a Associação de Comerciantes e a Câmara, para que nesse tipo de situação fosse um comerciante a assegurar a abertura



## Assembleia Municipal de Sesimbra

do mercado era uma solução plausível, que não trazia ilegalidade nenhuma. Lembrou que os comerciantes não serviam só para pagar as rendas pois tinham que ser respeitados.-----

-----A situação aí referida, da possibilidade de haver distúrbios de onde resultassem danos caso um comerciante abrisse o mercado, poderia também perfeitamente acontecer se fosse um funcionário da Câmara a abrir o mercado. -----

-----Tinha sido aí dito que havia uma sensibilidade muito grande em relação à situação dos comerciantes, mas daquilo que tinham ouvido aí tinham de concluir precisamente o contrário. -----

-----Foi dada a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues** que disse estar abismado com algumas declarações que aí tinham sido feitas, salientando que em primeiro lugar a greve era um direito e não um dever. Em segundo lugar, o piquete de greve da CMS nunca proibira nenhum funcionário dessa casa de exercer as suas funções, e o próprio já tinha feito parte de alguns piquetes de greve. A única coisa que o piquete fazia era contabilizar o número dos funcionários que estavam nos locais de trabalho para poderem fazer um levantamento ao fim do dia.-----

-----A própria autarquia não sabia se o equipamento iria funcionar ou não, porque o funcionário não tinha a obrigação de avisar a autarquia e no dia da greve se não comparecesse no local de trabalho e não houvesse condições para abrir o local de trabalho, esse não abria.-----

-----Salientou que a greve à presente data era a ultima forma de luta que os trabalhadores tinham, pois não tinham outra, e muitos eram prejudicados com isso. Ao abrirem os mercados, fazendo um protocolo com a Associação de Comerciantes, ou com quem fosse, isso constituía um atentado ao funcionalismo público, como muitos atentados que vinham infelizmente a ser feitos, e o funcionalismo público e os reformados eram os maus da fita neste Governo, sendo considerados os responsáveis pela situação económica do país e infelizmente mais ninguém era. -----

-----Referiu que ele também tinha o passe social e no dia da greve, ele que tinha um contrato feito com os TST e que ia ser prejudicado pelo facto de haver greve, podia chegar à empresa e pedir a chave do autocarro para transportar os utentes, e era isso que estava a ser pedido que a Câmara Municipal de Sesimbra fizesse aos seus funcionários que tinham direito a fazer greve.-----

----- Nessa ultima greve, o mercado de Sesimbra tinha estado aberto, mas o da Quinta do Conde tinha estado fechado porque os funcionários tinham feito greve. O piquete de Greve tinha estado no mercado de Sesimbra, mas não tinha levantado qualquer problema em relação aos funcionários que lá estavam a trabalhar. Referiu que não tinha o direito de criticar quem estava a trabalhar, mas também não havia o direito que o substituíssem para fazerem o seu trabalho.-----

Ata nº5 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Interveio o **Deputado Mendes Dias**, que referiu não ficar espantado com alguma da argumentação que aí era aduzida, e a ultima tinha sido de que o problema dos serviços mínimos ou do direito à greve se traduzia em baixar o IVA, e quando baixassem o IVA poderiam fechar os mercados porque as empresas já estavam a produzir. A argumentação que aí estavam a aduzir era tão ridícula por uma coisa tão simples quanto isso, se a Câmara Municipal pretendia ou não, enquanto detentora do mercado municipal prestar um serviço à população do concelho de Sesimbra. -----

----- Se pretendesse, e ele julgava que sim, tinham que ser feitas as diligências necessárias para que o mercado estivesse a funcionar nos dias em que houvesse greve, porque efetivamente o que estava em causa era um contrato que havia entre os comerciantes e Câmara Municipal. Referiu que a questão de pegarem na chave do autocarro e distribuírem as pessoas pelos locais não fazia qualquer sentido. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal** solicitou o uso da palavra, na medida em que a Câmara fora mencionada quer nas várias intervenções, quer no próprio texto da recomendação, onde era dito que a Câmara deveria encontrar uma solução que permitisse evitar equívocos desnecessários. Não fora dita qual era a solução, embora já se tivesse falado numa possível solução, ou até mais do que uma pois já se tinha falado aí na questão dos serviços mínimos. -----

-----Referiu que aquilo que vinha a ser a prática dos executivos, que vinha a presidir nos últimos 8 anos, era que, desde que houvesse um trabalhador que não fizesse greve e abrisse o mercado o mesmo funcionava, ou seja, não vinham a exigir que estivessem lá todos os trabalhadores, e até se poderia ir a esse ponto ou seja, estabelecer que o mercado não funcionaria se não estivessem lá pelo menos 4 pessoas.-----

-----Esclareceu que os “equívocos desnecessários” referidos tinha até um pouco a ver com isso, pois na última greve, como já tinha sido referido, o mercado de Sesimbra tinha estado a funcionar porque alguns trabalhadores não tinham aderido à greve, e o mercado funcionara normalmente. -----

-----Quanto ao mercado da Quinta do Conde, na preocupação de salvaguardar na medida do possível os interesses dos comerciantes, os Serviços tinham procurado saber junto dos trabalhadores do mercado se havia intenção de fazerem greve, o que até era discutível, tendo havido a informação de que pelo menos um trabalhador iria comparecer no local de trabalho, no entanto no próprio dia esse trabalhador decidiu não ir trabalhar, e não havendo um único trabalhador o mercado não tinha sido aberto.-----

-----Do seu ponto de vista, e após ouvir opiniões de vários juristas, a única solução legal para poder em dia de greve fazer funcionar serviços, era de facto invocar os serviços mínimos, mas a questão era saber se esses eram serviços mínimos e essa é que era a questão pertinente, no entanto tinha fortes

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

dúvidas que pudessem ser considerados serviços mínimos e já tinham sido aí apontadas várias razões. --

----- Acrescentou que a CMS nos dias de greve assegurava, por exemplo, o funcionamento da Central elevatória da Apostiça, que garantia o abastecimento de água ao concelho, e isso sim eram serviços mínimos pois não podiam deixar o concelho sem água. Os cemitérios também eram assegurados, pois se houvesse algum funeral para realizar a pessoa tinha que ser sepultada.-----

-----Salientou que havia serviços que indiscutivelmente eram serviços mínimos, e um serviço mínimo era aquele que afetava a população em geral, não lhe parecendo que o facto do mercado estar encerrado criasse prejuízo para a população em geral, pois essa tinha mais sítios onde se abastecer.-----

-----Disse ainda que, este problema do mercado encerrar nos dias de greve só era verdadeiramente um problema quando a greve era a uma 6ªfeira, pois era o dia em que tinham mais negócio, porque quando era noutro dia da semana os comerciantes não davam grande importância a isso.-----

-----Quanto à possibilidade apontada pelo Deputado Manuel José Pereira, já tinha ouvido a opinião de vários juristas e a opinião era que essa prática era muito duvidosa, pois poderia constituir uma violação do direito à greve, pelo que a mesma deixara de ser considerada.-----

-----Interveio de seguida o Deputado e Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, **Vitor Antunes**, que disse que com esta explicação do Presidente da Câmara tinham ficado reduzidas algumas das suas intenções, no entanto ele estava aí para afirmar que estavam perante um não problema, porque na verdade havia instrumentos que regulavam estas matérias, com legislação específica.-----

-----Acrescentou que a sua opinião até era contrária à do Presidente da Câmara que dizia que, com apenas um funcionário já abria o mercado, pois quanto a si deveria ter pelo menos metade dos funcionários, para que o mercado funcionasse com um mínimo de regularidade.-----

-----Referiu que no mês anterior, na Assembleia da República, tinham assistido a um acordo entre os 3 partidos da TROIKA, que tinham resolvido viabilizar a resolução do IRC, mas esses 3 partidos não se vinham a entender, por exemplo, relativamente à baixa do IVA para a restauração, e essa decisão sim, teria certamente um impacto muito grande.-----

-----Lembrou um episódio desagradável que tinha acontecido, há cerca de 8 anos, na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, onde tinha tido oportunidade de ver Deputados do Partido Socialista a votar contra um voto de solidariedade para com trabalhadores da então INDELMA, que tinham acabado de ser despedidos. Curiosamente, alguns dos que tinham votado contra essa moção, pouco tempo depois também estavam a ser despedidos, pelo que recomendava ao Partido Socialista que ponderasse esta posição e numa atitude coerente retirasse essa intenção de recomendação.-----

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O **Deputado Francisco Cordeiro** solicitou intervenção, referindo que os serviços mínimos eram os Correios e telecomunicações, serviços médicos, hospitalares e medicamentosos, funerários, energia e minas, abastecimento de água, bombeiros; transportes, cargas, descargas de animais e géneros alimentares deterioráveis.-----

-----Relembrou que os trabalhadores em greve não podiam ser substituídos. Disse ser ridículo que 4 décadas depois de alcançada a liberdade para poderem progredir na vida e no país, os trabalhadores continuavam a ter que tomar essa posição de força quando podiam ser, se calhar, o melhor país da Europa, na medida em que o eram a nível climático, a nível de recursos naturais e humanos. -----

-----Dirigindo-se aos líderes de bancada, do PS e PSD, salientou que se os trabalhadores da Administração Local e Pública faziam e tomavam este tipo de posições, porque em pouco mais de dois anos, nalguns casos, os trabalhadores tinham perdido mais de 5 ordenados. -----

-----Interveio o **Deputado José Guerra** que referiu que atualmente a vida dos portugueses era decidida por economistas e juristas. Acrescentou que se estavam a esquecer da história que os tinha trazido a esta situação, referindo que quando a União Europeia tinha sido formada, tinha-o sido por partidos sociais-democratas, com a intenção da solidariedade e fraternidade, no entanto depois da morte de alguns ícones da social-democracia, a tomada da União Europeia foi feita nomeadamente por Margaret Thatcher e outros. Lembrou que quando os mineiros ingleses tinham feito greve, tinham-na feito durante meses e em Portugal, onde o escudo valia menos em relação à libra, tinha sido feito um peditório para sustentar os trabalhadores em greve e isso tinha acontecido no século XX.-----

-----Finalizou, referindo que não valia a pena estarem a levantar pequenos problemas onde eles não existiam.-----

-----De seguida, interveio o **Deputado Francisco Jesus**, que referiu que na sua opinião essa recomendação deveria ter sido mais ponderada. Acrescentou que havia aí alguma tentativa de aproveitamento desse desagrado e mal-estar causado. Se tinha havido aí algum equívoco, e acreditava que pudesse ter havido, o equívoco tinha sido causado pelo próprio município, que tentando resolver um “problema”, tentou perceber se havia funcionários que pretendiam não fazer greve, ou seja, no fundo tinha sido fazer aquilo que era o pressuposto dessa recomendação, que era tentar garantir a abertura dos mercados municipais, o que acabara por provocar esse mal estar que agora era aproveitado politicamente para essa recomendação.-----

-----Outra questão, tinha a ver com o andarem a ver o que era constitucional e o que não era, mas a verdade era que existiam regras e leis. Frisou que todos eles reconheciam que essa situação era

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

desfavorável para os comerciantes face à situação social que se vivia no país, mas essa situação tinha rostos e não estavam a falar da CDU. Acrescentou que quando se falava aí em questões constitucionais, nenhum funcionário era obrigado a comunicar se ia aderir ou não à greve, pelo que a partir do momento em que era agendada uma greve, fosse da função pública ou geral, com todo o mal-estar que isso pudesse causar, tratavam-se das regras do jogo, e felizmente que ainda eram assim. -----

-----Disse admitir que, nessa recomendação havia uma única questão que ele achava que poderia eventualmente ser ponderada, ou seja, se eventualmente houvesse um dia em que o mercado fosse encerrado por motivos imputáveis ao funcionamento do próprio município, poderia ser deduzido o valor da renda desse dia das bancas existentes no mercado, pensando que isso seria da mais elementar justiça.

-----Interveio o **Deputado Nuno Nabais**, que aproveitou para felicitar a Presidente da Assembleia e o Presidente da Câmara pelos seus novos cargos. Quanto à recomendação, referiu que um dos aspetos mais importantes dessa questão, e um verdadeiro desafio à cidadania, tratava-se de algo que tinha uma história de mais de um século, sobretudo nos regimes democráticos do próprio fortalecimento da democracia, passando esse fortalecimento pela vivência da democracia, e essa vivência passava consequentemente pela conflitualidade de valores.-----

----- Disse ser evidente que embora fosse claro que havia valores, ou uma hierarquia de valores ou até mesmo valores essenciais e direitos individuais, de propriedade, liberdade, havia também o bem comum, estando aí a lembrar-se das expectativas legítimas quer daquele que ia fazer greve, quer do próprio comerciante que quer vender, sendo obvio que existiam conflitos, e a questão a colocar era saber o que colocar em primazia, se o bem comum ou o bem individual, passando isto pela cultura cívica, e pela vivência. -----

-----Salientou que se calhar a base seria informarem os cidadãos, terem uma opinião pública e terem o papel de debate aí, como sempre tinham sobre todas as questões, pois importava perceber porque é que as greves eram convocadas e o que é que podiam originar, e nesse caso chamar a atenção, pois tratava-se de um equipamento aberto ao público sob a responsabilidade da Câmara, talvez alertando antecipadamente que aquele equipamento, tendo em vista um pré-aviso de greve para determinado dia, não estando reunidas as condições de segurança, salubridade, higiene, etc., poderia o mesmo não ser aberto ao público, com prejuízos que depois poderiam ser acautelados ou compensados de outra forma.

-----Seguiu-se a intervenção do **Deputado Manuel José Pereira** que disse gostar de dizer que, quando o Presidente da Câmara tinha referido, e bem quanto a si, *“se eu tiver um funcionário, eu abro o mercado”*, isto queria dizer que havia vontade da Câmara em satisfazer esse compromisso. Os mercados

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

eram equipamentos tradicionais do país com tendência para acabar, sendo os comerciantes o elo mais fraco dos mais fracos do concelho de Sesimbra e não só, e era nessa perspetiva que se pedia que imperasse aí o bom senso. -----

----- Quanto a si, não se devia vir com o discurso de que o PS era isto e aquilo, pois o PS estava apenas a tentar defender o interesse daqueles que eram os mais fracos, e que não tinham o direito de exercer a sua atividade. Os mercados tradicionais caracterizavam-se sobretudo pela venda de bens perecíveis, como peixe e frescos. Se houvesse a dúvida se abria ou não, havia sempre um prejuízo enorme para aqueles comerciantes que eram o elo mais fraco do concelho, portanto era isso que se pretendia evitar, no entanto não queria que se discutisse isso como já tinham referido os Deputados Vitor Antunes e José Guerra, com argumentos da teoria do marxismo, não sendo por aí que estes problemas se resolviam.----

----- Acrescentou que, tal como o Deputado Francisco Cordeiro tinha referido, a maior parte dos comerciantes da freguesia da Quinta do Conde eram pessoas com muitas dificuldades, em que um dia em que não trabalhassem era mau, e num dia em que perdiam todos os seus artigos indo os mesmos para o lixo, esse era um prejuízo enorme. -----

----- Reconheciam as dificuldades de todos, no entanto havia que encontrar uma solução, ou seja tinha que se saber antecipadamente se o mercado iria abrir ou não, e face a esta questão tinham de saber quais os meios de que poderiam dispor para resolver essa situação, procurando não prejudicar ninguém mas sim beneficiar todos, principalmente os mais fracos. -----

----- Solicitou o uso da palavra, o **Deputado Mendes Dias**, que referiu achar que a intervenção do Presidente da Câmara tinha sido de bom senso fazer jus a todos. O facto de reconhecer que um trabalhador podia garantir a abertura do mercado já era um sinal. Passou a evocar o art.º 537, alínea g) do seu nº 2, referindo que dependia da entidade patronal o que entendia requerer como serviços mínimos ou não, dependendo da entidade que marcava a greve aceitar ou não aceitar, e não aceitando existia o Tribunal Arbitral que decidia se havia serviços mínimos ou não. -----

----- Acrescentou que subscrevia o que o Deputado Manuel José Pereira tinha dito, ou seja, havia que ver isso de uma perspetiva não ideológica e de perceberem se os mercados municipais eram ou não um elo de ligação importante com as realidades sociais que tinham no concelho, se prestavam ou não um serviço de interesse público, se prestavam ou não um serviço à população e se tinham ou não uma perca em termos de artigos perecíveis. -----

----- Disse ser evidente que todos os trabalhadores tinham o direito à greve, não sendo isso que estava em causa, pois o que estava em causa eram tentarem arranjar uma solução, como o Presidente da

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Câmara tinha dito e bem, que pudesse não ter equívocos. -----  
-----Concluídas as intervenções sobre esta matéria, a Presidente da Assembleia colocou a votação a **Recomendação à Câmara Municipal subordinada ao assunto “Funcionamento dos Mercados municipais em dias de greve”**, tendo a mesma sido rejeitada, por maioria, com 13 votos contra (12 da CDU e 1 do BE) e 10 votos a favor (6 do PS, 2 do PSD/CDS-PP e 2 do MSU). -----  
-----**PERÍODO DE “INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS”**-----  
-----Neste período não se verificou qualquer pedido de intervenção. -----  
-----**PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”**-----  
-----A **Deputada Joana Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos** comunicou que, por motivos de ordem pessoal teria que se ausentar. -----  
-----**5. APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL;**-----  
-----A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que este fizesse a apresentação deste ponto. -----  
-----**O Presidente da Câmara** referiu que esta Atividade Municipal englobava um período muito vasto, de 1 de agosto de 2013 a 15 de novembro de 2014, integrando dois mandatos. -----  
-----Disse que iria apenas realçar alguns dos aspetos mais relevantes nesse período, começando por dizer que, como era habitual nesse período do ano, tinham sido comemorados aniversários de diversos Clubes e Associações, nomeadamente o Grupo Desportivo de Sesimbra e os Bombeiros Voluntários de Sesimbra. Referiu a realização em Sesimbra da fase final do andebol de praia, as eleições para a Entidade Regional de Lisboa, nesse caso marcadas pelo facto de o Presidente da Câmara de Sesimbra ter sido eleito para o conselho diretivo da Entidade Regional de Lisboa.-----  
-----Indicou que nesse período também tinham sido concluídas um conjunto de obras, tendo realçado a entrega das chaves do Bairro Infante D. Henrique, a inauguração da Escola Básica de Sampaio, a inauguração das instalações desportivas da Associação de Desenvolvimento da Quinta do Conde, a abertura ao público da 1ª fase do Parque da Ribeira. Também o aniversário do MGBBOOS, do Clube Escola de Ténis, dos 25 anos do Grupo Coral de Sesimbra. -----  
-----Também, neste período, assistiu-se ao lançamento do livro de Luís Baldaque da Silva sobre a pesca em Sesimbra, o aniversário da LIALA, a apresentação do Plano de Mobilidade e Transportes – 3ª travessia do Tejo, a inauguração das novas instalações do centro de Convívio do ABAS em Sesimbra. ----  
-----Decorreu a tomada de posse dos vários órgãos autárquicos, desde a instalação da Câmara e da Assembleia Municipal, das juntas e assembleias de freguesia do concelho, a eleição do Conselho

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Metropolitano de Lisboa. -----

-----Das principais deliberações da Câmara, realçou a aprovação do Plano de Pormenor do Parque Empresarial e Tecnológico da Carrasqueira a 21 de agosto. Também a tomada de posição da Câmara sobre a pretensão de nova redução do horário do SAP que tinha tido o condão de conseguir suspender a mesma. Acrescentou que a Câmara tinha aprovado uma proposta alternativa, que não tinha sido implementada, mantendo-se o horário que tinham anteriormente. -----

-----Indicou a decisão de cedência à junta de freguesia do Castelo do espaço da Escola Básica nº 2 do Zambujal para a instalação de um museu rural. Também a celebração de um protocolo entre a Câmara Municipal de Sesimbra e a fundação EDP, relativo às hortas solidárias na Várzea da Quinta do Conde, projeto este que tinha decorrido a muito bom ritmo, e naquele momento já tinham sido entregues todas as hortas aos munícipes previamente selecionados, sendo já possível visitar a Várzea da Quinta do Conde e ver as hortas a serem cultivadas, pelo que em breve dariam os seus primeiros frutos. -----

-----Realçou a doação e aceitação, por parte da Câmara, do espólio bibliográfico de António Reis Marques, um decano Sesimbrense da cultura, que tinha um vasto espólio sobre o concelho de Sesimbra, tratando-se de uma importante dádiva ao património local. -----

-----Referiu as decisões da Câmara Municipal sobre o IMI e a Derrama. Também a decisão de submeter à Assembleia o pedido de empréstimo do BEI. Referiu uma doação à Câmara por parte da Casa da Mesquita de uma parcela de terreno muito significativa no pinhal da Aiana, com mais de 20 hectares, tratando-se de um terreno onde estava instalado o Centro de Transferências da Amarsul e o Canil da Bianca, e que há largos anos era parcialmente ocupado pela Câmara, e onde tinha funcionado durante muitos anos a lixeira municipal. -----

-----Passou a dar conta da situação financeira do município, referindo que já tinham dados relativos ao final do ano de 2013, onde podiam constatar que a maior parte das projeções indicadas, aquando da apresentação do Plano de Atividades e Orçamento, se tinham confirmado plenamente, portanto tinham que considerar que o encerramento do ano de 2013 tinha sido favorável a uma boa recuperação financeira do município. -----

-----Acrescentou que no conjunto, no final de 2013, por comparação com 2012, as receitas correntes passaram de 33.015.918 milhões de euros para 36.117.015 milhões, ou seja, um aumento de 3,1 milhões de euros nas receitas correntes. No capital, um aumento muito mais significativo que tinha a ver com o PAEL (Plano de Apoio à Economia Local). Nas transferências de capital, tinha passado de 9,8 milhões de euros para 17,8 milhões de euros, ou seja, um aumento de quase oito milhões de euros, dos quais quase

Ata nº5 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

9 era dinheiro do PAEL.-----

----- Especificou que isso significava, em termos gerais, que a receita total da Câmara, no final de 2013, ascendera a 53,979 milhões de euros, ou seja, quase 54 milhões de euros, que por comparação com o ano de 2012, tinha havido um acréscimo de 11 milhões e oitenta e nove mil euros. Acrescentou que independentemente do PAEL tinha havido aí um crescimento das receitas do município. -----

-----Disse ainda que o total geral das receitas sem empréstimos, ou seja, deduzindo o PAEL e outros empréstimos que a Câmara utilizara, a comparação entre 2012 e 2013, tinha sido um acréscimo de 4,7, quase 4,8 milhões de euros.-----

-----O mais relevante, a nível dos impostos diretos, tinha havido um crescimento de 2,2 milhões de euros, em que tinham passado de 12,9 milhões para 15,1 milhões. O IMI tinha tido um crescimento, que não tinha chegado a um milhão de euros, e também aí não se confirmara o acréscimo que estava anunciado pelo Governo há um ano a essa data, quando decidira fazer a reavaliação dos imóveis e anunciara ao país que iria haver um aumento extraordinário de IMI e que as Câmaras iriam ter receitas fantásticas, o que não se confirmara, assim como não se confirmara a previsão que estava feita já depois de concluída a reavaliação, de que iriam arrecadar em dezembro 3,7 milhões, pois tinham apenas arrecadado 3 milhões, havendo um diferencial de quase setecentos mil euros em relação à receita que estava inicialmente prevista.-----

-----Disse que se fossem realistas, havia aí um aumento de 977 mil euros no IMI, tendo esse ficado em 10,3 milhões de euros, ou seja, tinha ficado abaixo do número indicado aquando da apresentação das contas em novembro, porque havia a expectativa da receita chegar aos 3,7 milhões, ou seja, tinha ficado setecentos mil abaixo do que estava previsto em dezembro. Disse também que, se comparassem o valor de 2013 com o valor de 2012, e tivessem em conta que em 2012 a Câmara tinha sido expurgada de quase meio milhão de euros para a reavaliação geral de imóveis, ou seja, se não tivesse havido essa reavaliação geral, teria recebido, não 9,3 milhões mas cerca de 9,8 milhões. Frisou que o fantástico aumento de IMI que se almejava ter, resumia-se a cerca de meio milhão de euros efetivos.-----

-----O aumento de 2,2 milhões de euros nas receitas, resultara essencialmente do crescimento do Imposto Único de Circulação (IUC), muito também, por via, de recuperação de dívidas, tendo o Governo cobrado dívidas de IUC's de 4 e 5 anos a essa data. O Governo beneficiara, porque ficara com a receita das multas, e a Câmara beneficiara porque recuperara receita sua que não tinha sido paga em anos anteriores. Também o IMT tinha tido um saldo positivo, tendo crescido cerca de um milhão de euros em relação ao ano anterior, tendo atingido 3,3 milhões de euros. -----

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A Derrama tinha tido uma redução de 46 mil euros, tendo isto dado um saldo total de 2,2 milhões de euros. Na venda de serviços, a receita tinha atingido quase 11,2 milhões de euros, ou seja 92% do que estava estimado, em que tinham tido uma taxa de execução bastante próxima do valor que estava estimado. Ainda assim, era um acréscimo de 154 mil euros em relação ao ano anterior, ou seja, apesar do aumento que tinha havido do tarifário da água para o ano 2013, verdadeiramente a receita da água não tinha aumentado, pois com certeza tinha havido uma redução do consumo, ou havia dívidas não saldadas, com atraso nos pagamentos. Por outro lado, também a receita do saneamento tinha tido uma quebra substancial, com a alteração que tinha sido feita relativamente à tarifa de conservação.-----

-----Especificou que a Câmara cobrava a tarifa de conservação em função do valor patrimonial dos imóveis, e tinham passado a cobrá-la mensalmente em função do consumo da água e isso tinha dado uma quebra de cerca de 500 mil euros na receita do saneamento global. A tarifa criada para substituir essa, tinha dado uma receita de cerca de um milhão de euros, enquanto a outra dava uma receita de um milhão e meio, havendo aqui uma diferença pela negativa que tinha sido de alguma forma compensada pelo aumento da receita do lixo, pelo aumento da tarifa fixa da água, etc., e isto permitira que no final o conjunto das receitas ficasse equilibrado com o ano anterior, cerca de 150 mil euros a mais, e estavam a falar de um aumento de 1,4%, que era muito pouco significativo.-----

-----Passou a realçar o facto de terem feito uma excelente captação de fundos comunitários, tendo passado de 2,6 milhões em 2012 para 4,5 milhões em 2013, tendo isto permitido uma melhoria das transferências de capital, no conjunto cerca de 40% a mais do que no ano anterior, mas essencialmente sustentada nas receitas do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e POVT (Programa Operacional Temático – Valorização do Território) das obras que estavam em curso, que tinham sido candidatas a fundos comunitários. -----

-----No que dizia respeito aos empréstimos de médio-longo prazo, a Câmara tinha utilizado nesse ano ao todo 10,3 milhões de euros, dos quais 8,9 milhões de euros do PAEL, portanto apenas cerca de 400 mil euros de outros empréstimos, além de um empréstimo do IRHU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) que se encontrava noutra alínea.-----

-----A Câmara em 2013, retirando o PAEL, tinha amortizado muito mais empréstimos do que aqueles que tinha utilizado, apesar de estarem ainda a utilizar empréstimos que tinham sido contratados para o financiamento de obras que tinham fundos comunitários. Disse tratar-se de um resultado que considerava positivo, e que tinha acabado por ter reflexos na dívida da Câmara Municipal no final de 2013. -- -----

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Acrescentou que estes não eram números definitivos podendo ainda haver aqui algum ajuste, que seria claro aquando da apresentação do relatório, mas a dívida de curto prazo da Câmara no final do ano tinha ficado em 9,9 milhões de euros, portanto abaixo dos 10 milhões, que era o número que tinham adiantado. Em comparação com o ano anterior, estavam a falar de uma redução de 9,6 milhões de euros, ou seja, tinha havido uma recuperação de setecentos mil euros para além do PAEL.-----

-----Na dívida de médio-longo prazo tinha passado de 15,3 milhões de euros para 22,7, e estavam a falar de 7,4 milhões de euros a mais, e se fosse somado o PAEL daria um valor bem superior a esse. -----

-----A dívida global, passava de 34,9 milhões de euros, que era o valor que tinham no final de 2012 para 32,7 milhões de euros, uma redução de 2,2 milhões de euros na dívida global da Câmara. Disse pensar tratar-se de resultados muito positivos, tendo em conta que era tradicional em ano de eleições a dívida da Câmara agravar-se substancialmente.-----

-----Aberto o período de intervenções, usou da palavra, o **Deputado Manuel José Pereira** que perguntou se a reunião que o Presidente tinha tido com o Senhor Embaixador da Eslováquia tinha sido pessoal ou institucional. Também questionou se se tinham registado alguns estragos ou prejuízos com o temporal que se tinha verificado naquela semana, e se a Câmara pensava fazer um plano de prevenção para proteção das zonas afetadas na orla costeira, na medida em que pessoas e bens nessas zonas eram cada vez mais afetadas pelas mudanças climáticas que se vinham a verificar.-----

-----Passou a questionar o porquê da Rua Quinta do Sobreiro, que ficava por detrás da bomba da BP na Cotovia não estar pavimentada e não aceder diretamente à rotunda, acedendo um pouco mais abaixo, numa ponta de terreno que disse julgar não ser pública. Quanto a si, havia aí uma forte condição de insegurança no acesso a essa rua uma vez que ela acedia poucos metros abaixo da rotunda.-----

-----Também questionou se a Rua Aníbal Esmoriz era para ficar fechada, na medida em que julgava que era importante que a mesma se mantivesse aberta.-----

-----Quanto às repavimentações, compreendia que o clima não estava propício, no entanto verificavam-se situações de insegurança nas estradas que estavam a ser alvo de intervenção, a um ritmo relativamente lento que não sabia se tinha só a ver com o clima, se também com falta de verbas. -----

-----No que dizia respeito à hipótese de fecho do balcão do Instituto de Emprego, disse julgar que a situação tinha sido adiada por mais dois meses, no entanto gostaria de saber se havia informação sobre isso e se no caso dos desempregados da freguesia de Santiago, que tinham que apresentar-se ao Centro de Emprego com regularidade o podiam fazer junto da Junta de freguesia, à semelhança do que acontecia nas freguesias do Castelo e Quinta do Conde, e se não porquê.-----

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Referiu que em momento de campanha eleitoral tinha sido feito um inquérito pela empresa Consulmark, gostando de saber se já havia resultados. Ele tinha sido abordado duas ou três vezes para ser inquirido, o que denotara uma certa desorganização, não lhe parecendo que as coisas tivessem decorrido de forma muito credível, no entanto julgava que era importante a Assembleia conhecer os resultados pois tinham a ver com a qualidade do serviço. -----

-----Reportou-se aos festejos da passagem de ano, tendo dito que tinha conhecimento de que se tinham verificado algumas confusões e situações de insegurança, pelo que gostaria de saber se isso efetivamente se tinha passado ou não. -----

-----Também tinha tido conhecimento de haver uma situação de uma declaração de renúncia de indemnização por entupimento em cota inferior, no caso das ligações de esgotos na freguesia do Castelo. As pessoas estavam a ser obrigadas a ligar ao coletor, mas simultaneamente tinham de declarar que se estivessem numa cota inferior e houvesse um entupimento que lhes entrasse pela casa dentro renunciavam a qualquer espécie de indemnização, pelo que questionava se era mesmo assim ou se era quando provada alguma responsabilidade nesse entupimento, pelo que gostaria de saber se isso poderia e deveria ser assim, e se as pessoas com essa declaração não tenderiam a adiar fazer a ligação. -----

-----Interveio o **Deputado Néilson Pólvora** que disse gostar de falar sobre a estrada dos Casais Ricos, que dava acesso às escolas em Sampaio, e que era frequentada por bastantes alunos, inclusive por crianças e jovens com necessidades especiais que se deslocavam para a CERC. Essa estrada não tinha passeios e quando chovia ficava completamente alagada, e os jovens tinham que se deslocar na estrada, o que notoriamente era um risco. -----

----- Para além disso, essa via estava completamente degradada a nível de alcatroamento, pelo que gostaria de saber se a Câmara tinha previsto algum género de intervenção sobre essa zona. -----

-----Também, junto ao triângulo que dava acesso a essa estrada, havia muita lama, e as crianças quando saíam, por exemplo, do autocarro que vinha de Azeitão, para entrarem nesse cruzamento pisavam o lamaçal, ou se estivesse a chover muito tinham de ir pela estrada. -----

----- Ainda nessa estrada, mas junto às escolas, quando se vinha da Cotovia, existia um outro triângulo, onde era frequente ocorrerem acidentes pela manhã, pelo que gostaria de saber se estava previsto algum reordenamento para aquela zona. -----

-----Solicitou intervenção, o **Deputado Lobo da Silva**, que disse ter sido contactado por um munícipe na rua Cidade Aveiro, Lote 215 no Pinhal do General que lhe tinha transmitido a preocupação, de que em tempos a EDP tinha retirado um braço de um poste de candeeiro, e até à data não tinha voltado a coloca-

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

lo, tratando-se de uma pessoa idosa que quando tinha de sair à noite tinha bastante dificuldade, pelo que questionava se a Câmara tinha conhecimento desta situação e se sabia porque razão é que a EDP o tinha retirado, e se se podia solicitar a recolocação desse braço.-----

-----Passou a questionar se a Câmara os podia informar sobre quais eram as áreas de comércio da empresa da Malásia, que recentemente tinha começado a operar no concelho, e se não seria mais uma empresa que vinha mas depois ia.-----

-----Também questionou qual era a situação dos empreendimentos turísticos Sesimbra Shell e Vilas de Sesimbra. -----

-----Informou que, aquando da campanha eleitoral tinham sido abordados por diversos comerciantes do mercado da Lagoa de Albufeira, que se tinham queixado pelo facto de, na entrada principal do mercado estarem uns caixotes do lixo junto ao gradeamento, e do outro lado estavam os comerciantes, que tinham de suportar o cheiro, muitas vezes nauseabundo, não por a Câmara não os despejar mas pelo facto de deitarem para lá coisas deterioradas, pelo que questionava se era possível que a Câmara equacionar a mudança de local daqueles caixotes, evitando aquele aspeto à entrada do mercado. -----

-----Acrescentou que também tinha sido contactado por uma munícipe, que era moradora na Rua Dinis Dias, Lote 3001, junto à Junta de Freguesia da Quinta do Conde. Tratava-se de um casal que tinha um filho deficiente, e junto à saída da sua casa não tinha uma placa dizer que era proibido estacionar ou com indicação de deficiente, pelo que os carros estacionavam em frente.-----

-----Este casal tinha pedido à Câmara, que colocasse ali uma placa de proibição de estacionamento, pois quando os carros estacionavam frente ao portão de casa, os pais viam-se obrigados a levar a criança ao colo. -----

-----Disse ter conhecimento que esta situação já tinha sido endereçado ao Eng<sup>o</sup> Ricardo Nero, que tinha solicitado a declaração de IRS a esta família, tendo a mesma sido enviada, mas desde o mês de agosto as coisas não tinham a celeridade que este caso merecia. Solicitou que o Presidente tomasse a devida nota para que o assunto fosse resolvido com urgência.-----

-----E porque a bancada do PSD vinha a ser bastante crítica quanto à forma de estar da CMS na BTL, apesar de reconhecerem que, muitas vezes, estas apresentações tinham os seus custos, mas a prova de que o concelho tinha uma grande potencialidade, tinha sido uma foto premiada de uma jornalista que tinha visitado o concelho de Sesimbra, e tinha tirado uma foto da filha tendo como fundo o pôr-do-sol no Cabo Espichel. Isso tinha sido notícia em praticamente toda a Espanha, por isso eles tinham que tirar esses dividendos, de como “vender” Sesimbra e aquilo que tinham de melhor, e que eram muitas coisas.

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Foi dada a palavra ao **Deputado Manuel Barros** que referiu, dado estarem no início de um novo mandato, e ser a primeira vez que fazia uso da palavra formulava um voto de esperança no mundo e numa vida melhor, principalmente, e em particular aos cidadãos do concelho, pois era por eles que aí estavam, e pela confiança que lhes tinham depositado, suportada por uma réstia de fé, pelo que não os podiam deixar ficar mal.-----

-----De seguida, dirigindo-se ao Presidente da Câmara referiu que, Já há algum tempo, tinha sido construído um equipamento na Quinta do Conde, designado de Parque Radical, que tinha deixado os Quinta Condenses, principalmente a camada mais jovem, muito satisfeitos. Esse equipamento estava construído próximo da estrada nacional, sendo as atividades visíveis a partir da estrada, o que fazia com que os condutores abrandassem a sua marcha, podendo causar algum acidente de viação. -----

-----Perante este facto, perguntava à entidade responsável pela manutenção e conservação desse espaço, Câmara Municipal ou Junta de Freguesia, se tinha alguma solução pensada para este problema. Talvez uma barreira de proteção ou qualquer outro meio que impedisse a visibilidade desse equipamento a partir da estrada.-----

-----Passou a referir que na Quinta do Conde vinham a aparecer, nos últimos tempos, nos lotes sem construção, um tipo de construção pouco habitual, uma casinha de mais ou menos 2 metros por 2,5, questionando se o Presidente sabia alguma coisa sobre este assunto. -----

-----Interveio a **Deputada Helena Cordeiro**, que questionou sobre os cuidados de saúde na Quinta do Conde, solicitando que o Presidente fizesse o ponto de situação das soluções que o Ministério da Saúde tinha para resolver um problema que era previsível. -----

-----Disse aproveitar essa intervenção para lembrar a todos os presentes um pouco da história da conquista e da luta da população na construção deste importantíssimo equipamento, e que teve a ver com uma coisa extraordinária, que era o facto de o mesmo partido do Governo, no caso o Partido Socialista, na altura tinha aprovado a construção de um equipamento com uma capacidade superior àquela que efetivamente tinha sido construída, e depois de terem passado “um deserto” de governos do PSD em matéria de construção do centro de saúde, aparecia o Ministro Correia de Campos, do PS, a dizer-lhes que o equipamento, que tinha chegado a estar exposto na Feira Festa para conhecimento da população, era demasiado grande para a população da Quinta do Conde.-----

----- Salientou que infelizmente, em Portugal, não se responsabilizavam os políticos pelas decisões erradas que tomavam, pesasse embora que tivessem sido sobejamente avisados que o equipamento era efetivamente insuficiente.-----

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse não querer deixar de aproveitar o momento para lembrar um pouco dessa história e de responsabilizar, porque as pessoas tinham nome, ideologias que defendiam mais ou menos identificadas, sendo importante que fizessem justiça a quem lutava por esses equipamentos e a quem não os defendia. Salientou que enquanto cidadã gostava muito que esses políticos fossem responsabilizados perante a realidade atual, e a realidade atual era uma insuficiência gravíssima a nível de instalações dos médicos e recursos humanos, que colocava os Quinta Condenses numa posição de utentes de primeira e utentes de segunda na perspetiva de terem um segundo equipamento mas em condições bastante precárias. Disse supor que tinha sido veiculada a hipótese de voltarem às antigas instalações, o que era algo de “extraordinário” nesse ano de 2014 que eles queriam melhor.-----

-----Interveio o **Deputado Nuno Nabais**, que disse gostar de relatar uma inquietação que alguns comerciantes da Vila de Sesimbra lhe tinham colocado, relativamente ao número cada vez maior de espaços comerciais adquiridos e arrendados por chineses, sobretudo espaços localizados na zona nobre da Vila requalificada, e na marginal nascente e poente. -----

-----Referiu que evidentemente não podiam proibir o que quer que fosse, não se tratando disso, mas sim de partilhar essas inquietações, e o que poderia ser feito em termos de alguma regulamentação, do próprio Plano Estratégico de Turismo, relativamente à transformação de certos espaços, por exemplo de um restaurante para uma loja de produtos chineses ou outro espaço qualquer. -----

-----Os produtos comercializados, muitas das vezes, eram colocados no espaço da própria marginal, questionando se haveria a possibilidade desses espaços estarem melhor arrumados, na medida em que era um espaço fundamental e que se queria para um turismo aberto a todos, mas com qualidade, cuidado e ordenamento estético, bastando relembrar as questões de poluição visual, que já no passado aí tinham sido colocadas.-----

-----Seguiu-se a intervenção do **Deputado Miguel Ribeiro**, que referiu que o seu grupo tinha sido contactado por uma munícipe que os tinha informado duma exposição que tinha feito à Câmara relativamente a uma zona nas sentinas, junto à rampa de acesso à praia. Aí encontrava-se uma barreira de proteção, na qual uma criança tinha conseguido colocar-se entre os ferros e por pouco não caía daquela altura que ainda era considerável, pelo que questionava se o Presidente tinha conhecimento desta exposição e se já tinha sido dado algum encaminhamento para ver se aquelas barreiras cumpriam o distanciamento de segurança necessário e caso não o fosse, que fossem tomadas medidas para resolver essa situação o mais rápido possível. -----

-----Foi dada a palavra ao **Deputado Alain Monteiro**, que questionou se havia algum desenvolvimento

Ata nº5 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

relativamente à construção do Hospital Seixal-Sesimbra, na medida em que na última vez que se tinha falado sobre esta matéria, tinha sido dito que não havia dinheiro, salientando que esta questão os preocupava. -----

-----Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, **Deputado Vitor Antunes**, que começou por saudar a criação das Hortas Solidárias na Quinta do Conde, esperando que “não prejudicassem o trânsito” na nacional 10, salientando que a sua preocupação face à preocupação apresentada pelo Deputado Manuel Barros, era se não iriam ter de retirar tudo o que eram outdoors que estavam ao longo das estradas do país, e até se iriam manter o Parque da Vila e outros equipamentos que pudessem distrair os automobilistas nas estradas nacionais.-----

-----Salientou que mais sérias eram as inquietações da Junta de Freguesia relativamente ao ensino secundário, tratando-se de uma luta dos Quinta Condenses, e de uma necessidade efetiva e real. Frisou que a Junta de Freguesia e a população da Quinta do Conde esperavam que a Assembleia Municipal de Sesimbra também estivesse solidária com esta luta. -----

-----Acrescentou que comungavam da inquietação, já aí manifestada, relativamente às pequenas construções, que vinham a surgir aqui e ali na Quinta do Conde, e sabiam quem eram os autores dessas obras, assim como sabiam que se tratava de uma tentativa de fuga à tributação ao património, no entanto entendiam que a solução que deveria ser encontrada, era com a correção da legislação, e não daquela forma, que era absolutamente insultuosa.-----

-----Passou a referir que, e para isso esperava a solidariedade desta Assembleia Municipal, a Junta de Freguesia tinha endereçado recentemente ao Secretário de Estado da Administração Local, um ofício-exposição, a solicitar uma audiência com vista a explicar-lhe os recursos que em Sede de Fundo de Financiamento das Freguesias eram atribuídos à Quinta do Conde.-----

----- Durante anos tinha-lhes sido dito que seria através de uma alteração à Lei das Finanças Locais, e tinham visto que a Lei das Finanças Locais durava em Portugal cerca de 6/7 anos, mas depois na prática não era aplicada, e a que supostamente teria entrado em vigor no dia 1 de janeiro tinha começado logo por, ainda antes de entrar em vigor, não ser aplicada, estando a falar da Lei 73 de 2013. -----

-----Explicitou que no fundo, aquilo que lhes tinham andado a dizer durante 4 anos, agora com esta nova lei das Finanças Locais iria manter-se, ou seja, manter-se-iam as mesmas cláusulas travão, que diziam que nenhuma freguesia deveria ver reduzido em mais de 5% o seu valor no Fundo de Financiamento das Juntas de Freguesia, nem de ser aumentado mais de 5%. -----

-----Chamou a atenção para o facto de que, com o aumento populacional que a Junta de Freguesia da

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Quinta do Conde vinha a registar, e com a não correção deste problema, estavam perante uma questão que com esta nova Lei se iria eternizar, pelo que, nem por daí a 10 anos a Quinta do Conde receberia, aquilo que por direito próprio lhe caberia. -----

-----Salientou que a sua intenção era enviar rapidamente uma cópia do ofício exposição/pedido de audiência endereçado ao Senhor Secretário de Estado da Administração Local, à Presidente desta Assembleia Municipal, sugerindo que a Comissão respetiva a apreciasse e ponderasse uma proposta desta Assembleia.-----

-----Finda esta intervenção, a **Presidente da Assembleia** referiu que ficavam a aguardar o envio dessa documentação para depois, quer ao nível da respetiva Comissão ou eventualmente também a nível da Comissão de Líderes, pudesse ser desenvolvida e apreciada essa situação.-----

-----Solicitou intervenção o **Deputado João Rodrigues** que referiu que, em relação à informação que o Presidente da Câmara tinha fornecido, gostaria de saber qual era a data prevista para terem os relatórios finais da Execução de 2013, no que respeitava ao balanço e aos resultados, para depois ser analisado. ---

----- Acrescentou que, por outro lado, via que periodicamente eram remetidas à Assembleia as alterações ao Orçamento ao longo do ano, vendo aí no início desse ano, que a 2 de janeiro tinha sido recebida a 22ª alteração ao Orçamento e a 21ª à Grandes Opções do Plano. Votavam o orçamento antes do início do ano, mas depois as alterações não eram apreciadas pela Assembleia.-----

-----**A Presidente da Assembleia** esclareceu que as alterações ao Orçamento ocorriam por deliberação da Câmara, e por acordo celebrado em anteriores mandatos, era dado conhecimento à Assembleia Municipal das alterações efetuados pelo que, sempre que chegavam documentos à Assembleia das alterações, ela enquanto Presidente, dava conhecimento aos líderes de bancada.-----

-----Caso houvesse uma revisão ao Orçamento, ou seja quando havia a introdução de uma nova rubrica ou de uma situação diferente, como por exemplo a aquisição de qualquer bem plurianual que não tivesse sido contemplado no Plano, aí sim teria de vir à Assembleia Municipal para apreciação.-----

-----Interveio a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, **Deputada Ana Cruz**, que começou por felicitar a Presidente da Assembleia e o Presidente da Câmara pelos novos cargos para os quais tinham sido eleitos.-----

----- Salientou que a sua preocupação e a sua questão iam diretamente para a Senhora Vice-Presidente, referindo que já estavam no início do segundo período letivo, e depois dos inúmeros esforços por parte da Câmara Municipal, desde as cartas às permutas de terreno, assim como a insistência continua por parte da Vice-presidente, enquanto representante do Conselho Municipal de Educação,

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

perante o Ministério de Educação. Também e perante todos os relatórios exigidos e auditorias, continuavam com a sede agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho sem as condições necessárias para o desenvolvimento pedagógico e curricular obrigatório. -----

----- Questionava se, ao fim de todos esses meses e de tantas promessas do Diretor Regional, já havia alguma luz ao fim do túnel para a requalificação dessa escola, na medida em que durante muito tempo o impedimento era a falta de espaço, tendo a Câmara rapidamente conseguido a permuta dos terrenos circundantes à escola, e naquele momento continuavam com os mesmos problemas de sempre e sem qualquer tipo de resposta.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, tendo este começado por esclarecer que a reunião com o embaixador da Eslováquia, tinha sido de carácter institucional, e requerida pelo mesmo para apresentação de cumprimentos. -----

-----Informou que o anterior embaixador da Eslováquia tinha falecido de morte súbita há uns meses atrás com um ataque cardíaco. Esse tinha uma relação muito próxima consigo e com Sesimbra, tendo havido inclusive, durante a sua permanência em Portugal, várias ações da Comunidade Eslovaca em Sesimbra, estando a recordar-se de uma exposição de artistas eslovacos, assim como uma sessão de canto lírico, com 3 dos melhores cantores líricos da Eslováquia no cineteatro João Mota, há 3 ou 4 anos atrás, havendo aí uma prática que naturalmente também não era estranha ao facto de o próprio ter estudado na Eslováquia, sendo que curiosamente tinham no executivo da Câmara Municipal dois antigos estudantes da Eslováquia, ele e o Vereador Sérgio Marcelino, pelo que não deveria haver muitas Câmaras no país com esta particularidade, daí a justificação do embaixador da Eslováquia querer manter uma relação mais próxima com a Câmara de Sesimbra pela proximidade linguística com estes dois eleitos. ----

-----Acrescentou que o atual embaixador tinha manifestado disponibilidade para manter essa colaboração recíproca, e de continuar a haver iniciativas da embaixada no território do concelho. -----

-----Quanto à questão do mau tempo na orla costeira, a “tempestade Hércules” também tinha causado um conjunto de impactos negativos na Costa de Sesimbra, que eram inevitáveis, nomeadamente na Costa Ocidental com alguns prejuízos, nomeadamente com o que tinha ocorrido com o Bar Onda Azul na praia do Meco, e que fora o mais significativo. O outro bar que ficava ao lado, Bar do Peixe, praticamente não tinha sofrido danos, e isso porque o proprietário tinha tido a iniciativa de o proteger melhor. -----

-----A Câmara Municipal também tinha tido prejuízos na praia das Bicas, com a destruição de alguns degraus das escadas que tinham sido colocadas, não sendo um prejuízo significativo, na medida em que o

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

mar não levou os degraus, pelo que não seria uma reparação nem dispendiosa, nem complicada. -----

-----Acrescentou que se tivessem em conta o que se tinha passado no resto do país, podiam dizer que a tempestade Hércules praticamente não tinha trazido prejuízos a Sesimbra. Na vila de Sesimbra, os prejuízos maiores tinham acabado por ser no Porto de Abrigo, com alguns prejuízos para a Docapesca e Administração de Portos de Sesimbra e Setúbal. -----

-----Referiu que a isso não era alheio o facto de não terem muitas infraestruturas em zonas de perigo, o que não acontecia em muitos outros municípios. Também disse que felizmente vinha a haver cuidado, na autorização de equipamentos junto à costa que estivessem em zonas de grande perigo. Como eles não estavam em zona potencialmente perigosa os impactos acabavam também por ser muito mais reduzidos.

-----Referiu que não havia nenhum Plano, para além daquilo que era a operacionalidade normal da Proteção Civil e que mais uma vez tinha respondido atempadamente em conjunto com os Bombeiros. A Câmara tinha acompanhado todo o processo e tinha dado o apoio que lhes tinha sido solicitado, mas felizmente não tinha sido necessário apoio significativo. Algumas arvores tinham caído, mas comparado com outras situações no concelho, como o tornado que tinha passado na Lagoa há dois anos a essa data, os prejuízos tinham sido muito inferiores ao que tinha acontecido nessa vez. -----

-----Quanto à questão da rua da Quinta do Sobreiro, referiu que infelizmente, à semelhança de outras ruas no concelho, essa rua não estava pavimentada. Informou o Deputado que estavam a elaborar uma lista de arruamentos que já tinham tido intervenção a nível do saneamento como era o caso dessa, e que tinham intenção de pavimentar durante esse mandato. -----

-----Relativamente à questão do acesso à Estrada Nacional, era uma questão que já tinha cerca de 5 anos, datando pelo menos da abertura do supermercado Modelo Continente, quando aquela rotunda tinha sido construída. O projeto tinha sido aprovado pelas Estradas de Portugal e não tinha sido possível garantir a ligação dessa rua à rotunda, porque apanhava terrenos da gasoleira BP que não se dispusera a ceder terreno para esse efeito.-----

-----Acrescentou que o inconveniente maior, era para quem saía daquela rua e queria virar para o lado de Sesimbra, porque relativamente à outra situação, de quem vinha de Lisboa para entrar na rua, a situação tinha melhorado com a introdução da rotunda. Finalizou referindo que não lhes parecia que justificasse uma intervenção muito diferente, até pelo números de habitantes que tinha, sendo intenção, no prazo mais curto possível, proceder à sua pavimentação. -----

-----Quanto às outras pavimentações, referiu que tinham como primeiro objetivo repavimentar as ruas que já estavam pavimentadas e que tinham sido objeto de intervenções de saneamento. Nalguns

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

casos, como já tinha tido oportunidade de dizer, restringia-se ao tapamento das valas que tinham sido abertas. Algumas já o tinham sido e outras não, havendo ainda uma série de obras com trabalhos em curso. -Informou que a programação dos trabalhos apresentada pelas empresas, na maior parte dos casos, apontava para as pavimentações no final da obra. As empresas apresentavam a sua programação na perspectiva dos custos mais baixos às empreitadas, sendo normal que apresentassem dessa maneira, se a Câmara Municipal no Caderno de Encargos não tinha salvaguardado a necessidade das pavimentações serem feitas à medida que cada troço de rua era concluído. Isso não tinha sido feito, pois certamente agravaria os custos e o dinheiro não abundava, pelo que tinham de optar pelas soluções mais económicas e a empresa procurava fazer as obras dentro daquilo que era a sua programação. -----

-----Disse ser natural que isso causava mais transtornos para os munícipes. Estas opções das empresas, tinham a ver não apenas com o facto de ser mais barato pavimentar tudo de uma vez, pois normalmente recorriam a subempreiteiros da área das pavimentações para o fazer, como pelo facto de ser mais adequada a pavimentação depois das valas bem compactadas, pois se fossem feitas logo a seguir à obra, era muito provável que houvesse abatimentos e obrigasse à repavimentação das zonas abatidas.

-----Salientou que deveria haver paciência por parte de todos, na medida em que estavam a fazer uma obra de grande envergadura, que ia com certeza melhorar em muito a vida no concelho, e esperava que todas essas situações estivessem regularizadas até ao Verão. -----

-----Nos casos em que a intervenção era mais significativa, pela degradação que as estradas tinham atingido, não se restringindo ao tapamento da vala, teria de haver intervenções mais a fundo de toda a via, prevendo-se que ainda nesse ano intervencionassem duas ou três mais relevantes, estando as mesmas identificadas no orçamento da Câmara Municipal, como o caso da Rua do Porto da Era, da Rua da Fonte esquerda e da Rua de acesso à Roça, entre outras ruas previstas para serem pavimentadas ainda esse ano. -----

-----Acrescentou que se o ano 2014 corresse da mesma maneira que o 2013, pensava que havia condições para as coisas andarem mais rapidamente. -----

-----Referiu que para além destas notícias, do ponto de vista financeiro no final do ano, tinham tido uma outra notícia, que julgava que ajudaria em muito à boa execução das obras de saneamento, que era o facto do Tribunal de Contas ter visado o empréstimo de um milhão de euros ao Banco Europeu de Investimento, que tinha vindo recentemente à Assembleia Municipal, pela 2ª vez, a pedido do Tribunal de Contas e tinham recebido no ultimo dia do ano o visto do Tribunal de Contas, julgando que na semana seguinte já teriam a 1ª tranche desse empréstimo. -----

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Esclareceu que como esse empréstimo só podia ser usado para as obras de saneamento, isso iria com certeza ajudar em muito a uma boa celeridade de pagamentos às empresas, o que naturalmente garantiria um bom ritmo nas obras, pelo que as expectativas de conclusão das obras de saneamento de forma atempada eram nesse momento bastante mais credíveis.-----

-----Quanto à questão do Balcão no Centro de Emprego, o balcão continuava encerrado, tendo a Câmara tomado uma posição sobre essa matéria por unanimidade, sendo que a Vereadora poderia prestar mais alguns esclarecimentos.-----

-----Quanto aos resultados do inquérito efetuado pela empresa Consulmark, informou que ainda não tinham os resultados, mas assim que os tivessem naturalmente que poderiam informar a AMS. As questões dos incidentes no réveillon, infelizmente não tinha sido a 1ª vez que tal sucedera. Especificou que, no final da noite, alguns cidadãos mais “bem bebidos” tinham-se comportado de forma menos correta tendo-se registado alguns incidentes. O que podia dizer era que, a CMS, do ponto de vista da segurança tinha procurado salvaguardar essas situações, tendo-se registado muito a presença das forças de segurança. Os incidentes decorreram cerca das 6 horas da manhã, altura em que os membros de segurança tinham sido reduzidos, dado o avançado da hora e a presença de menos pessoas na rua.-----

-----Referiu que há uns anos atrás quando os bares eram encerrados e as pessoas tinham de vir para a rua, normalmente gerava-se uma grande confusão, pelo que, desde há alguns anos autorizavam os bares a manterem-se abertos, no entanto isso também não evitara as confusões. Salientou que a CMS não podia fazer mais do que isso, e o que acontecera tratava-se apenas de um detalhe naquilo que era relevante, que era o facto de mais uma vez terem tido um excelente réveillon com muitos milhares de pessoas.-----

-----Apesar do tempo, tinha havido um interregno de algumas horas e tudo tinha corrido bem e de forma pacífica, durante o que tinham sido as horas nobres do réveillon, e era isso que deveria ser realçado.-----

-----No que dizia respeito à questão de declaração de renúncia de indemnização para ligação de esgotos, o que se passava era que a CMS nalguns casos, quando não existia ponto de ligação por gravidade, da casa para o ramal de saneamento, as pessoas eram notificadas para fazer essa ligação por bombagem, no entanto as pessoas evitavam essa opção, na medida em que acarretava mais custos.-----

-----Além de ter custos no momento da ligação, tinha de ter uma bomba suplente para o caso daquela avariar, assim como tinha custos ao longo da vida na medida em que era necessária ativação elétrica, embora fossem custos pouco significativos, e os dados de que dispunham indicavam que era de

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

cerca de 1 euro por mês. -----

-----As pessoas preferiam o sistema por gravidade, na medida em que era uma situação mais garantida e sem problemas, no entanto quando a CMS dizia que era preciso ligar por “gravidade” porque a casa estava abaixo da cota do ponto de ligação, e embora as pessoas insistissem, o que a Câmara fazia nesses casos, era que se o munícipe optasse por ligar mesmo assim, teria de entregar a referida declaração. Frisou que era só nessas situações que era pedido que assinassem a declaração.

----- Acrescentou que esta situação já tinha acontecido na Quinta do Conde em meia dúzia de casos. Os Serviços da CMS “jogavam” pelo seguro, e exigiam bombagem mesmo em situações que estavam na linha de transição, em que se calhar em 99% dos casos não iria acontecer nada, pois poderia funcionar por gravidade sem grandes problemas. As pessoas conscientes disso, e aconselhadas por um técnico assinavam a declaração, quando estes indicavam que não haveria problema nenhum, e assim a CMS ficava salvaguardada. -----

-----Passou a indicar que a requalificação, em termos de pavimentação da estrada junto à escola, seria feita no âmbito da empreitada da empresa que estava a fazer aquela obra. Acrescentou que aquela estrada nunca tinha tido passeios e também não tinha muito espaço para ter. Disse julgar que a introdução de passeios nessa rua, provavelmente implicaria a introdução de sentido único ou então o alargamento da rua nalguns espaços. Apesar de não haver nenhum projeto para ali era uma questão que poderiam estudar. -----

-----Disse não ter resposta para todas as dúvidas levantadas, na medida em que estava a ser confrontado pela primeira vez com algumas delas. Quanto à Rua Cidade Aveiro disse julgar que o Vereador Sérgio Marcelino tomaria as providências necessárias para a questão da iluminação pública.

-----Relativamente à empresa originária da Malásia, que se instalara no porto de Sesimbra, indicou que a intenção anunciada pela empresa era de, a partir de Portugal exportar um produto, que em Portugal não tinha praticamente mercado, que era uma espécie de lesmas marítimas, mas que no oriente eram muito apreciadas, sendo referido que o seu efeito era mais eficaz que o do medicamento Viagra.--

----- Foi-lhe dito que este produto era muito apreciado na China, no entanto em Portugal não era muito conhecido. Esclareceu que esse produto não existia muito na área marítima de Sesimbra e que o mesmo vinha do Algarve, sendo transportado para Sesimbra, onde era secado e exportado. Disse não saber qual o futuro dessa empresa mas que certamente mal não teria. -----

-----Relativamente aos empreendimentos turísticos SesimbraShell e Vilas de Sesimbra referiu que infelizmente não havia nenhuma novidade. A única novidade que havia era relativamente ao Sesimbra

Ata nº5 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

Bay, um novo empreendimento em Palames, tendo a CMS sido contactada por uma empresa de fundos, que adquirira o complexo turístico e que estava a tratar de fazer as intervenções finais, com a intenção de abrir esse equipamento, com cerca de 300 apartamentos turísticos, sendo superior em termos de alojamento ao Sesimbra Shell e Vilas de Sesimbra juntos, esperando que a breve prazo pudesse ser aberto ao público.-----

-----Referiu que tinham registado as questões do mercado da Lagoa, assim como da Rua D. Dinis e da situação do jovem deficiente. Acrescentou que esse pedido do IRS era feito porque a CMS admitia reservar lugares, com número de matrícula para pessoas com deficiência, sendo a reserva gratuita se houvesse prova de que era uma pessoa com dificuldades financeiras, caso contrário havia lugar ao pagamento de uma taxa municipal num valor anual.-----

-----Relativamente ao Parque Radical, indicou que este tinha sido construído pela Junta de freguesia e era gerido pela junta, não se tratando de um equipamento municipal. Referiu que até essa data não tinham tido nenhuma nota das Estradas de Portugal, entidade gestora da estrada nacional, relativamente a essa situação, desconhecendo que houvesse alguma situação de risco para a condução, pois pelo menos até à data nada lhes tinha sido comunicado, e julgava que à Junta também não.-----

-----Acrescentou que dizia isto sem prejuízo de poder haver algumas intervenções, pois com certeza havia vontade da Junta em poder melhorar o enquadramento visual, não sabendo se conseguiria chegar ao ponto de fazer uma barreira visual para a estrada, mas com certeza que havia vontade de melhorar o enquadramento paisagístico do espaço.-----

-----Relativamente aos lotes sem construção com as “casotas” de 4 m<sup>2</sup>, o que se passava era que alguns proprietários, julgando que na Quinta do Conde até era apenas um proprietário com vários lotes em zonas de habitação coletiva, tratando-se de lotes para a construção de edifícios de 4 pisos, avaliados num valor muito alto. Para tentar fugir ao valor do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), esse proprietário tinha feito uma comunicação prévia à Câmara de que iria construir essas “casotas” com a pretensão de depois registar nas finanças, com alteração do valor fiscal do lote, pois esse proprietário tinha suposto que pelo facto de construir aqueles 4 metros, o valor do terreno passaria a ter o valor da construção.-----

-----Isso acontecia porque a Lei do IMI não tinha salvaguardado estas situações e de facto, podíamos ter um terreno com determinada capacidade construtiva, para vários fogos, mas se a seguir fizesse lá uma garagem ou um anexo passaríamos a ter o valor desse anexo e não o valor do terreno, tratando-se de uma coisa sem pés nem cabeça que a Lei previa, o que não fazia qualquer sentido pois o que deveria

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

ter era o valor do terreno mais o valor da construção, que era o valor residual. -----

----- O Governo deveria sim proceder a uma redução dos valores que estavam exagerados, pois o valor patrimonial era manifestamente elevado e isso deveria ser tudo revisto em baixa, afim de não originar estas artimanhas que não tinham sentido nenhum. -----

----- A Câmara após tomar conhecimento destas situações, tinha contactado a Repartição de Finanças, e já tinham sido informados que esse objetivo não seria atingido, pois os prédios não iriam ser reavaliados pelo valor da construção. A CMS entretanto tinha notificado o munícipe, e o processo iria ser acompanhado por via da fiscalização. -----

----- A Câmara já tinha comunicado que a construção era ilegal, porque a comunicação prévia para construções abaixo dos 10 metros quadrados não se podia aplicar a edifícios de habitação coletiva, onde esse tipo de construção não estava prevista, pois só estavam previstos prédios. -----

----- Se fosse uma moradia, essa questão ainda se poderia pôr, na medida em que poderia tratar-se de um anexo ou garagem. -----

----- Quanto aos cuidados de saúde na Quinta do Conde referiu que a Vereadora Cláudia prestaria informações, na medida em que tinha conhecimento que esta tinha algumas reuniões agendadas sobre essa matéria. -----

----- Sobre a questão do Hospital Seixal-Sesimbra aí colocada, podia indicar que tinha sido feito um pedido de reunião conjunta com o Presidente da Câmara do Seixal, Sesimbra e Almada, ao Ministro da Saúde, sobre essa matéria, sendo que se encontravam a aguardar que a mesma fosse agendada. -----

----- Quanto à questão das lojas chinesas, informou que a Câmara não tinha mecanismos legais que impedissem que um estabelecimento que estava destinado ao comércio pudesse lá ter uma loja chinesa ou de qualquer outra nacionalidade. A intervenção da Câmara só poderia ser feita se houvesse alguma ação ilegal, por exemplo se houvesse uma invasão do espaço público que extravasasse aquilo que eram as normas. -----

----- Disse ser um facto curioso que após a abertura de uma loja chinesa na marginal, alguns dos comerciantes portugueses à volta, tinham vindo logo queixar-se de ocupação abusiva do espaço público quando eles próprios faziam muito pior do que aquilo, mas naturalmente que tinham chamado a atenção quando essa situação se verificara, mas como sabiam alguns dos comerciantes portugueses da Vila também não eram um exemplo em termos de ocupação regular do espaço público. -----

----- Disse que era preferível que alguns desses espaços pudessem ser usados para outros fins, mas para isso teriam de ter feito um licenciamento desses espaços especificamente para um determinado tipo

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

de fim, mas se dissessem que era para um restaurante, nada impedia que fosse um restaurante chinês. -

-----Disse tratar-se de uma matéria complicada e o ideal seria que outros investidores e promotores ocupassem esse espaço, pois também o chocava que espaços nobres da Vila estivessem ocupados por lojas que aparentemente nem sequer tinham um retorno comercial e uma qualidade que se visse compaginável com aqueles espaços, o que era estranho e que possivelmente só era possível porque tinham apoios do estado chinês para se instalarem e alguns incentivos fiscais dados pelo próprio estado português, mas que não conhecia em particular.-----

-----Relativamente às barreiras de proteção do Largo da Marinha, disse gostar de recordar que aquele espaço tinha estado cerca de 6 ou 7 meses sem qualquer barreira de proteção, com umas baias muito mais perigosas do que aquela barreira de proteção e não tinha aparecido nenhuma reclamação. No entanto, ao fim de pouco tempo após colocação das barreiras, que do ponto de vista estético, quanto a si estavam lindíssimas, tinha aparecido essa reclamação, tendo o processo sido remetido aos serviços. ----

-----Chamou a atenção para o facto de haver situações como aquela às dezenas na marginal de Sesimbra, pois não havia nada que impedisse uma criança de subir o muro da praia e que caísse. Disse ainda que, a CMS nunca conseguiria garantir completamente a segurança total nessas situações. -----

-----Acrescentou que se alterassem aquela barreira para ir ao encontro dessa preocupação, não colocando em causa a legitimidade da mesma, teriam que fazer um conjunto enorme de alterações em toda a Vila, e não só em Sesimbra, pois todas as terras teriam de o fazer. Disse que não era por acaso que os espaços nas varandas dos edifícios, as regras de segurança obrigavam a que as vedações fossem verticais e não horizontais para evitar esse tipo de situações. -----

-----Naquele espaço, considerando a envolvente, esteticamente tinham optado por aquele tipo de corrimões, e entendiam que não se justificava a sua alteração. -----

-----Relativamente às escolas secundárias e escola Navegador Rodrigues Soromenho, indicou que a Vereadora Felícia Costa prestaria esclarecimentos.-----

-----Quanto às questões colocadas relativamente ao Orçamento e Relatório de Atividades, referiu que em parte a Presidente da Assembleia Municipal já tinha respondido. O Relatório de Contas da CMS deveria ser aprovado até final de março e submetido à AMS durante o mês de abril para aprovação. ----

-----Quanto às alterações ao Orçamento, referiu que naquele momento isso nem sequer era uma competência da Câmara, prevendo a Lei que fossem competências delegáveis, tendo a CMS deliberado neste mandato delegar essa competência no Presidente da Câmara, que por sua vez subdelegou no Vereador das Finanças. -----

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Esclareceu que a legislação introduzida nos últimos anos sobre os fundos disponíveis, obrigava a uma grande flexibilidade na gestão do orçamento para dar resposta a questões do dia-a-dia. Ao contrário do que tinha acontecido no passado, em que havia meia dúzia de alterações orçamentais ao longo do ano, naquele momento chegavam às dezenas, porque não podiam ter um orçamento muito expansionista para encaixar dentro dos valores da receita.-----

-----Muitas vezes tinham de acertar situações em que havia verbas que tinham de ser reforçadas, e que iam buscar a outras que ainda tinham capacidade, e tinha que se jogar ao longo do ano com as alterações orçamentais para poderem dar resposta a todos estes condicionalismos legais.-----

-----Esclareceu que as alterações, objeto de despacho do Vereador do Pelouro, eram levadas a reunião de Câmara e posteriormente remetidas à Assembleia Municipal para conhecimento.-----

-----Finalizou, dizendo que a competência era da CMS e não da Assembleia, ao contrário da revisão orçamental, que após aprovação na Câmara era remetida à Assembleia Municipal, e só depois da aprovação por parte desta se tornava eficaz.-----

-----De seguida, foi dada a palavra à Vereadora Felícia Costa para que prestasse esclarecimentos relativamente às questões respeitantes ao seu Pelouro.-----

-----A **Vereadora Felícia Costa** começou por referir que tinham sido confrontados com a questão do Centro de Emprego na semana anterior, praticamente na véspera da reunião de Câmara, tendo essa situação merecido uma tomada de posição por parte da Câmara.-----

-----Sem qualquer aviso prévio, tinha chegado a notícia à CMS, de que o Centro de Emprego tinha encerrado o núcleo do IEFP que funcionava nas instalações da antiga FORPESCAS. Referiu que isso obviamente os tinha deixado um pouco perplexos e preocupados, em primeiro lugar porque a CMS era parceira do Centro de Emprego já há alguns anos, quando tinham avançado com os acordos para os Gabinetes de Inserção Profissional, acordos esses que pressupunham que a Câmara afetava recursos para fazer o acompanhamento e atendimento a toda a população desempregada.-----

-----Disse tratar-se de uma competência do Governo que na altura até tinha sido debatida entre eles e noutros municípios, pois também tinha sido solicitado às juntas de freguesia que assinassem esses acordos, surgindo a dúvida se deveriam avançar ou não com a celebração desses acordos que de alguma forma traziam para cima da Câmara competências, matéria e trabalho que eram da área de intervenção da Administração Central, através do Centro de Emprego.-----

-----Na altura tinham avançado para celebrar esses acordos, no entendimento que a população do concelho não dispunha de uma boa rede de transportes a crescer ao facto dos desempregados ficarem

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

com maiores carências económicas para efetuarem uma deslocação quinzenal para o IEFP no Seixal para os atendimentos, para além de todas as outras situações, desde procura de emprego à resposta a solicitações que o próprio IEFP fazia. -----

-----Os munícipes da Quinta do Conde, apesar de tudo estavam com uma maior proximidade, no entanto seria obviamente penoso e castigador para os munícipes das freguesias do Castelo e Santiago, pelo que tinham avançado com a celebração desses protocolos, e tornaram-se parceiros do Centro de Emprego, pelo que não era cordial, correto ou ético que um serviço da administração central que era parceiro de uma autarquia não a respeitasse ao ponto de mudar toda essa política, e encerrar as instalações sem os convocar, ou de alguma informar ou ter um diálogo sobre essa matéria. -----

-----Acrescentou que na altura a Câmara deliberara mostrar o seu desagrado e preocupação em relação a esta atitude, sobretudo em relação aos munícipes que ficariam impedidos de ter com o Centro de Emprego toda a relação que havia de quem procurava emprego. -----

-----Por via desse protocolo recebiam verba para uma das duas funcionárias, pressupondo esse protocolo que a Câmara recebia o salário de um mediador, e ficava às suas expensas uma outra funcionária, ou seja, a Câmara reforçara para além daquilo que estava protocolado, o apoio que dava à população que estava desempregada, neste caso nas juntas de freguesia de Santiago e Castelo na medida em que na Quinta do Conde tinham um outro núcleo com outro protocolo. -----

-----Para além das apresentações quinzenais, havia todo um conjunto de presenças que eram impostas às pessoas que estavam desempregadas, para formação, procura de emprego, obterem declarações, entre outras coisas, havendo todo um conjunto de serviços que, naquele momento, as duas mediadoras da autarquia não conseguiam dar resposta, mesmo com a presença dos técnicos do IEFP, e com a retirada desses, só restavam duas hipóteses, ou os desempregados tinham que se deslocar ao Seixal, ou se a Câmara quisesse aliviar essa carga teria que colocar a suas expensas uma outra pessoa para reforçar o atendimento. -----

-----Salientou que tinha sido essa a preocupação que a Câmara tinha resolvido manifestar junto da tutela. A própria tinha feito um telefonema para o Centro de Emprego e falado com o diretor, e na sequência desse telefonema tinha ficado agendada uma reunião para o início da semana seguinte. -----

----- O diretor tinha-lhe dito, pelo telefone, que essa decisão tinha obedecido a uma estratégia nacional, não se tratando de um caso isolado, pois por todo o país estavam a retirar os técnicos que se encontravam nos núcleos descentralizados, e que a ideia era substituir esse apoio presencial por um apoio via internet, que iria alargar a informação e a possibilidade de requerer diversos apoios e

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

atendimentos via internet, ou seja, os desempregados não teriam apoio presencial do técnico do IEFP, mas poderiam recorrer ao mesmo através do uso das tecnologias. -----

-----Salientou que obviamente sabiam que isso não era linear, em primeiro lugar, porque nem todas as pessoas manipulavam muito bem os meios informáticos, mas sobretudo porque ter internet em casa era muito caro, e havia muita gente que quando ficava desempregada tinha de cortar em muitas coisas e a internet se calhar não era a coisa mais prioritária para se ter em casa. -----

-----Em relação à questão da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, referiu que efetivamente a direção da escola tinha sido contactada há cerca de 6 meses a essa data pelo diretor geral dos equipamentos escolares, Dr. José Alberto, que tinha informado a diretora que haveria possibilidade de colocarem em Orçamento para o ano de 2014 uma verba para essa escola, e tinha pedido à diretora que na sequência dessa possibilidade, fosse apresentado um projeto de arquitetura, ou que pelo menos quantificasse um projeto de arquitetura para que ele soubesse que verba deveria lá colocar. -----

-----A diretora da escola na altura tinha contactado um arquiteto do município que tinha dado uma verba por alto. Indicou que a Câmara também ter sido contactada para, no dia seguinte, dar um Parecer sobre que verba seria necessário inscrever. O arquiteto também tinha sido chamado para dar esse Parecer e naquele momento estava a ser elaborado um projeto. -----

-----Especificou que a expectativa da Câmara era que, havendo a possibilidade de ficar lá uma verba inscrita, e tendo a escola um projeto que o arquiteto se tinha oferecido para fazer a custos simbólicos, caso a verba fosse disponibilizada, seria mais fácil para o Ministério avançar para a ampliação e requalificação daquela escola. -----

-----Disse desconhecer se a verba tinha sido inscrita ou não, pois a ultima vez que tinha falado com o diretor dos equipamentos escolares, esse tinha dito que afinal se calhar não havia verba suficiente e que provavelmente já não conseguiria fazer nada, no entanto iria tentar. -----

-----Salientou que já estavam há muitos anos nessas mesmas lutas e mesmo os que não estavam na Assembleia Municipal no anterior mandato sabiam como vinha a ser a luta pela construção do equipamento. Tinham uma Carta Educativa que naquele momento já estava ultrapassada, estando em fase de reavaliação e reelaboração. -----

-----A 1ª Carta educativa que o concelho de Sesimbra tinha tido, era do ano 2000, e já nessa altura tinha sido apontado como urgente a requalificação e ampliação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, bem como a construção de uma Escola secundária na Quinta do Conde. As duas Cartas Educativas que tinham tido, tinham sido homologadas pelo Ministério da Educação, que os obrigava a ter

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Carta Educativa se queriam inclusive candidatarem-se a fundos para compartilhar os equipamentos escolares.-----

-----A Carta Educativa era um documento vinculativo da edificação do Parque Escolar, e de tudo o que estava previsto na Carta Educativa só a Câmara é que tinha cumprido, ou seja, estava prevista a construção de equipamentos da responsabilidade do Ministério e só tinha sido construída a Escola Básica Integrada da Boa Água.-----

-----Salientou que, da parte da Câmara, os equipamentos que estavam previstos tinham vindo a ser construídos, muitas vezes com dificuldades para o orçamento da Câmara e da parte do Ministério nada tinha sido feito. -----

-----Em relação à Escola Secundária da Quinta do Conde, tratava-se de uma urgência, até pela obrigatoriedade do ensino até ao 12º ano. Frisou que se já era necessária quando havia obrigatoriedade até ao 9º ano, a partir do momento em que o 12º ano integrava o programa escolar obrigatório, significava que havia menos alunos a sair do 9º ano e mais alunos a continuarem os estudos, estando a Quinta do Conde numa situação de rotura total ao nível de resposta do secundário, com alunos a terem de sair para áreas periféricas que nem sequer eram os concelhos vizinhos porque muitas vezes também estavam lotados, como era o caso do Seixal e Setúbal, e isso tinha custos para os alunos, famílias e inclusive para a autarquia, na medida em que compartilhavam o passe em 50% para o ensino secundário. -----

-----Referiu que na Quinta do Conde tinha havido um abaixo-assinado, o qual recolhera mais de 5000 assinaturas, e havia sido entregue na Assembleia da República, onde os Quinta Condenses pediam para ser equacionado como prioritária a construção da escola secundária, por parte do Ministério da Educação, no entanto infelizmente esse abaixo-assinado tinha sido reprovado pela maioria no Governo, PSD e CDS. -----

-----Salientou que se aquela era a intenção do Governo que estava a tutelar essas matérias, à partida não havia muitas expectativas para que tivessem rapidamente uma escola secundária na Quinta do Conde. Acrescentou que no dia anterior tinha estado numa reunião com a associação de pais do agrupamento da Boa Água, e todos os pais daquela Associação tinham manifestado a vontade de reiniciar o processo de recolha de assinaturas e de tentar que a população da Quinta do Conde, que naquele momento era a mais flagelada e fragilizada pela falta de resposta do secundário, conseguisse pelo menos ter uma previsão para quando poderiam ter essa escola, mas nem sequer nesse sentido o Ministério de Educação lhes dava uma resposta. -----

Ata nº5 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Em relação à Escola Navegador Rodrigues Soromenho, referiu que apesar das condições muito deficientes que aquela escola tinha, que em termos físicos era a pior no concelho, era uma escola que, com o projeto que tinha e com o esforço de todos os professores e pais, assim como de todo o pessoal não docente, vinha a afirmar-se no panorama nacional como uma escola de sucesso pedagógico e educativo. Acrescentou que há pouco tempo essa escola tinha recebido mais uma menção, sendo uma das 10 escolas em termos nacionais que tinha o melhor projeto de interculturalidade, para além de todos os outros galardões que já tinha tido, como o projeto de autonomia que tinha sido reconhecido como o melhor projeto de autonomia apresentado em termos nacionais. -----

-----Apesar das condições deficientes, as pessoas esforçavam-se por dar a volta e tentavam valorizar aquilo que sabiam fazer melhor, que era trabalhar, formar e educar os alunos e nesse sentido essa escola, sendo a pior em termos físicos, era a melhor em termos nacionais, de projeto e sucesso educativo. -----

-----O **Deputado Lobo da Silva** interveio no sentido de salientar que, quanto à construção da escola secundária da Quinta do Conde, reiterava o apoio do PSD Sesimbra a esta causa, que seria de novo levada ao Congresso do PSD. -----

-----Seguiu-se a intervenção da **Deputada Cláudia Mata** que referiu que, em termos da questão colocada quanto ao Centro de Saúde na Quinta do Conde, era intenção do ACES Arrábida (Agrupamento de Centros de Saúde) regressar às antigas instalações, precisamente para dar resposta aos utentes que naquele momento não tinham médico de família. Referiu que esta intenção tinha sido manifestada novamente à Junta de Freguesia da Quinta do Conde, quando o Presidente dessa Junta tinha contactado o diretor, o Dr. Lourenço Braga, sobre esta matéria, tendo sido confirmada de facto a intenção de regressarem, inclusive já tinham pedido ao Departamento de instalações de equipamentos da ARS-LVT (Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo) uma vistoria ao edifício, com vista à requalificação do mesmo e estavam a aguardar um orçamento e a estimativa de custos para ver se avançavam com essa requalificação. -----

-----Em dezembro, a própria tinha contactado o Dr. Lourenço Braga para saber o ponto da situação, na medida em que não podiam estar à espera eternamente de uma decisão sobre essa matéria, tendo ficado agendada uma reunião para o dia 16, precisamente para falar sobre esse assunto e esclarecer se era para avançar ou não e com que cronograma e condições ao nível das instalações. Acrescentou que após a realização dessa reunião lhes poderia dar o feedback da mesma. -----

-----Quanto ao Hospital, o Presidente da Câmara já tinha dado a informação de que dispunham. -----

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Finda esta intervenção, a **Presidente da Assembleia** deu passagem ao ponto **6. “PROJETO DA 11.ª ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE JOVENS / 7.º CONCURSO “AS CORES DA CIDADANIA”** -----

-----A Presidente informou que, tal como vinha a acontecer em edições anteriores, a proposta já tinha sido apreciada ao nível da Comissão de Líderes, tendo havido uma pré-apreciação a algumas novidades. Posteriormente tinha decorrido a reunião com os Professores das diversas escolas que, naquele momento eram 5, dada a junção dos agrupamentos da Escola Básica do Castelo e Secundária de Sampaio num só. -----

-----Por discussão prévia com os Professores e Comissão de Líderes, o tema encontrado, também resultante da opinião das diversas escolas era “Jovens sesimbrenses – que emprego no futuro?”, contudo tinham feito questão de integrar neste projeto as comemorações dos 40 anos do 25 de abril que esse ano se celebrava, tendo sido avaliada a forma como é que as escolas o poderiam fazer, quer do ponto de vista pedagógico, mas também que pudesse ter uma expressão ao nível da própria Assembleia Municipal de Jovens, tendo-se considerado que esta abordagem e intervenção dos jovens, poderia ser através da inclusão do Período Antes da Ordem do Dia, que a determinada altura do projeto tinha sido retirado.-----

-----Nesse período, à semelhança do que acontecia na Assembleia Municipal, um jovem de cada uma das escolas faria uma saudação ao 25 de abril.-----

-----Acrescentou que a reunião da 11ª AMJ iria decorrer na Quinta do Conde, mais concretamente na Escola Básica/ji da Quinta do Conde, uma vez que percorriam de forma rotativa as diferentes freguesias.

-----Disse gostar de sublinhar 3 aspetos, nesta 11ª edição, que podiam ser diferentes pela criatividade que este projeto devia ter, para mobilizar mais os jovens e para os motivar para uma participação e consciencialização cívica mais acentuada.-----

-----O primeiro aspeto prendia-se com a criação de um plafond orçamental que teria de ter uma relação direta com o orçamento da Câmara. Esse plafond orçamental, seria meramente simbólico, tratando-se de uma base sobre a qual os alunos deviam trabalhar para apresentar as suas propostas, também com o objetivo de os consciencializar que as propostas a apresentar tinham de ter algum enquadramento e suporte orçamental.-----

-----O segundo, tinha a ver com a criação de uma Plataforma de dados na internet, idêntica à utilizada pela Assembleia Municipal, que seria designada de PAMS Jovem, onde os Professores e os líderes de bancada teriam acesso a toda a documentação, quer desta Assembleia de Jovens quer das anteriores. --

-----O terceiro, e último, tinha a ver com a possibilidade de cada escola convidar alguém que os ajudasse a privilegiar, valorizar e projetar este projeto. Salientou que continuavam com a grande lacuna

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que era apresentada pelos alunos, professores e deputados, apontada na avaliação do projeto, que tinha a ver com o facto de não conseguirem projetar mais aquilo que era uma boa prática de aprendizagem da cidadania na primeira pessoa, na medida em que os jovens desempenhavam todos os papéis inerentes à função de eleito. -----

-----Disse tratar-se de um projeto que era trabalhado ao longo do ano, o que permitia desenvolvimentos pedagógicos e de grupo, assim como um importante aprofundamento do conhecimento do concelho. Acrescentou que esperavam que, com outros esforços junto da comunicação social e não só, assim como com o contributo de cada um dos presentes através da sua rede de contactos, pudessem ajudar a projetar este projeto. -----

-----Indicou também que, associado a este projeto tinham o concurso “As Cores da Cidadania” que era dedicado ao 3º e 4º ano do 1º ciclo do ensino básico, tratando-se de um 1º patamar de sensibilização para esta dimensão da cidadania, através da poesia e do desenho, enquadrados no mesmo tema. Salientou que este projeto, associado à Assembleia Municipal de Jovens vinha a funcionar de uma forma independente mas com objetivos similares. -----

-----De seguida questionou se algum Deputado pretendia intervir, tendo o **Deputado Nuno Nabais** solicitado o uso da palavra. O Deputado começou por dizer que gostaria de colocar à reflexão desta Assembleia, a possibilidade deste excelente projeto, que o próprio vinha acompanhar desde 2002, ser extensível aos alunos do ensino secundário. -----

-----Especificou que, com alguma antecedência poderia pensar-se, por exemplo, numa sessão aberta nos respetivos recursos das escolas, com meios audiovisuais, intervenções dos alunos participantes nesse ano ou de anos anteriores, representantes da Assembleia Municipal, etc., para que pudesse, com antecedência, ser integrado no Plano anual de atividades das escolas no âmbito da transversalidade da educação para a cidadania em termos do ensino básico e secundário, por forma a passar esta experiência para os alunos com 16,17,18 anos que muitas vezes acabavam por não ter um contacto tão direto, excetuando os que tinham participado no projeto AMJ, e isso seria interessante do seu ponto de vista.--

-----Acrescentou que também louvava a introdução no projeto, do plafone orçamental, na medida em que vinha muito a propósito em termos do referencial de educação financeira que há cerca de 6 meses tinha sido aprovado, como uma das possibilidades de trabalho na educação para a cidadania. -----

-----A **Presidente da Assembleia** informou que na última reunião da Comissão de Líderes, aquando da discussão do programa para as comemorações dos 40 anos do 25 de abril, a ser organizado por esta Assembleia, tinha surgido a possibilidade e a necessidade de fazerem uma abordagem mais direta aos

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

jovens, e daí que tivesse surgido a expressão “Fórum dos Jovens”, podendo ser esta ou uma outra parecida para desenvolver algo idêntico ao que o Deputado referira. -----

-----Salientou que esta possibilidade tinha nascido no seio da Comissão de Líderes, e quando o projeto estivesse devidamente organizado teriam possibilidade de o apresentarem aos diretores das escolas, para saberem da oportunidade desta relação com a escola pelo que em tempo oportuno dariam conta do desenvolvimento deste processo. -----

-----Dado não haver mais nenhuma intervenção, a Presidente colocou a votação o **PROJETO DA 11.ª ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE JOVENS / 7.º CONCURSO “AS CORES DA CIDADANIA”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade pela Assembleia Municipal.-----

-----A Presidente de passagem ao ponto **7. CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1,5 MILHÕES DE EUROS, NA MODALIDADE DE CONTA CORRENTE**-----

-----Começou por informar que este ponto, tal como os pontos seguintes que diziam respeito às Juntas de freguesia, tinha baixado à Comissão 5 – Finanças Municipais e Administração Autárquica, coordenada pelo Deputado Pedro Mesquita. Neste período, quer pela reunião de 20 de dezembro, quer pelos períodos de festividades natalícias, ela assumia o lapso de estes assuntos não terem sido diretamente colocados ao Coordenador dessa Comissão, contudo tinha sido feito um contacto telefónico com o Coordenador, e a questão também tinha sido colocada ao nível da Comissão de Líderes, no sentido de que, tratando-se de uma contratação de empréstimo, que já era hábito ser apresentado aquando do Plano de Atividades, e por outro lado os dois pontos relacionados com a delegação de competências nas Juntas de Freguesia, não eram mais do que o que estava aprovado e configurado por esta Assembleia no mandato anterior, e a deliberação desse dia prendia-se apenas com o estabelecer administrativamente e formalmente esta delegação de competências uma vez que, de acordo com a Lei, teriam que no prazo de 180 dias deliberar, perante uma proposta apresentada pela Câmara. -----

-----Salientou que, quer o empréstimo, quer os dois assuntos relacionados com as Juntas de Freguesia não tinham merecido uma apreciação por parte da Comissão 5, por também ao nível da Comissão de Líderes se ter considerado que não era fundamental que tivessem essa apreciação.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que referiu que esse era um empréstimo de curto prazo para satisfazer necessidades de Tesouraria da Câmara Municipal, sendo já hábito pedir a aprovação da Assembleia Municipal no início de cada ano, e felizmente nesse ano não estariam numa situação tão premente de tesouraria, como tinham estado em anos anteriores, mas de qualquer forma havia um encaixe de receita significativo em maio com o IMI, e até lá havia sempre um período em que podia haver

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

necessidade de acudir a este empréstimo. -----

-----A prática que a Câmara vinha a ter, era a de tardar o mais possível a utilização do empréstimo, pois quanto mais tarde utilizasse, menos juros pagaria e se não precisasse não o utilizaria, mas tê-lo disponível era fundamental para acudir a alguma necessidade. A Lei previa essa possibilidade e eles pretendiam usá-la.-----

-----O **Deputado João Rodrigues** questionou de que forma seria feita a liquidação se esse empréstimo fosse utilizado no final do ano, dado ser obrigatório liquidá-lo nesse mesmo ano. -----

-----O **Presidente da Câmara** esclareceu que tinham que contar que no final do ano tinham encaixe de receita para o pagar. Acrescentou que à data, até estavam mais facilitados na medida em que havia uma receita de IMI em dezembro, e em anos anteriores a situação era bem mais complicada pois chegavam ao final do ano e era sempre muito crítico conseguirem fazer a liquidação de empréstimos a curto prazo na medida em que se juntavam o pagamento 13º mês com o empréstimo. -----

-----À data, infelizmente para os trabalhadores, não tinha havido pagamento do 13º mês em dezembro, pois o mesmo era pago ao longo do ano. Esse aspeto, acrescido ao facto da receita de IMI ser em dezembro, e não em outubro como era anteriormente, tinha tornado mais fácil a gestão de pagamento deste empréstimo.-----

-----Dado não haver mais nenhuma questão, foi colocado a votação o ponto **“CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1,5 MILHÕES DE EUROS, NA MODALIDADE DE CONTA CORRENTE”**.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a Contratação de um empréstimo de curto prazo até ao montante de 1,5 milhões de Euros na modalidade de Conta Corrente, nos termos da alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro, e em conformidade com o n.º 3, do artigo 38.º da Lei das Finanças Locais.-----

-----O **Presidente da Assembleia** deu passagem ao ponto seguinte **8. JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ACORDOS DE EXECUÇÃO** -----

-----A Presidente informou que tinha surgido a necessidade da Câmara Municipal fazer uma retificação numa designação que não estava coincidente entre aquilo que era a deliberação da Câmara e o que estava explícito nos acordos de execução, tendo a mesma sido feita e estando agora tudo em acordo e consonância.-----

-----O **Presidente da Câmara** usou da palavra para, em primeiro lugar, pedir desculpa pela retificação que tinha sido necessário fazer, e que felizmente a falha tinha sido detetada, tendo havido a

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

oportunidade de ter sido retificada na reunião de Câmara que tinha decorrido na semana anterior. -----

----- Referiu que, relativamente a esta matéria, a mesma decorria no essencial da Lei que tinha sido recentemente aprovada, Lei 73/2013, que tinha vindo alterar as competências das freguesias, assim como tinha vindo obrigar a que, mesmo antes de haver novos acordos de execução e interadministrativos de delegação de competências mais abrangentes, tivessem que pegar no acordo de delegação de competências que tinha sido celebrado à 4 anos, e no imediato adaptá-lo de acordo com a nova Lei para que pudessem continuar a pagar às juntas de freguesia os valores acordados nessas delegações de competências. -----

-----Na prática, o que acontecia era que algumas das competências que tinham delegado nas Juntas de Freguesia, à data eram consideradas competências delegadas ao abrigo do artº 132 da Lei, que dizia *“consideram-se competências delegadas nas juntas de freguesia as seguintes competências das Câmaras Municipais”* e anteriormente não era esse o figurino. -----

-----Especificou que para estas competências delegadas, a figura era a do acordo de execução e para as outras que não eram competências delegadas, e que eram competências da Câmara, era a Câmara que propunha a sua delegação e a freguesia aceitava, e a figura era a do contrato interadministrativo. Explicou que tinha sido nisso que tinham pegado, naquilo que era a delegação de competências desde há 4 anos, e tinham distribuído a parte que era das competências delegadas através de um acordo de execução, e a parte que não era de competências delegadas, através da figura do contrato interadministrativo, ou seja, tinham encaixado aí praticamente tudo aquilo que estava na delegação de competências com exceção da matéria de atribuição de um valor por eleitor a cada Junta.-----

-----Esta matéria teria de ser vista posteriormente, até porque também havia aí um dado novo nas receitas das Juntas de freguesia, que era a transferência do IMI urbano, que no caso do concelho de Sesimbra deveria ter um valor de cerca de 100 mil euros, tendo a Câmara arrecadado 10 milhões de euros, pelo que cerca de 100 mil euros seria distribuído pelas várias freguesias e em princípio esse valor compensaria a receita que não estava nesses contratos. -----

-----Acrescentou que, de qualquer forma, esta era uma matéria que teriam que discutir com as juntas. Especificou que se tratava de 1% do IMI urbano e todo o IMI rústico, no entanto este último não tinha valor significativo.-----

-----Indicou que as previsões apontavam para que 50% fosse da freguesia do Castelo, trinta e tal por cento da freguesia da Quinta do Conde e menos de 20% da freguesia de Santiago. -----

-----Disse que no ano de 2013, as transferências para a Câmara já viriam reduzidas desse 1%, sendo

Ata nº5 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

esse valor transferido para as freguesias, não sabendo ainda bem se as freguesias receberiam mensalmente, na medida em que a Câmara recebia mensalmente os valores do IMI. -----

----- Disse haver algumas dúvidas por esclarecer, no entanto essa receita no total era superior àquela que a Câmara transferia para as Juntas de freguesia, pelo que isso teria de ser mais aprofundado entre as Câmaras e as Juntas, mas no âmbito dos acordos de execução tinham entendido que esta matéria seguia em frente. -----

-----Acrescentou que na prática este era o acordo que já existia mas adaptado à nova legislação. ----

-----Interveio o **Deputado João Rodrigues** que disse achar que, em relação ao contrato interadministrativo com a Junta de freguesia do Castelo, era feita referência em proceder “à reparação dos espólios desportivos”, fazendo também referência “à limpeza de ruas e passeios, limpeza de ervas”, achando que esta ultima parte não estava correta, pois à partida fazia parte do outro acordo e não deste, mas que a Câmara depois poderia ver melhor esta situação.-----

-----Acrescentou que havia um tratamento diferenciado em relação à prestação de informação, que cada uma das Juntas de Freguesia tinha de dar sobre estes acordos, questionando se havia alguma razão especial, na medida em que a freguesia de Santiago tinha de prestar um tipo de informação completamente diferenciado das outras juntas de freguesia, não sabendo se era por uma questão legal ou se havia alguma legislação específica, pelo que gostava que isso fosse explicado ao nível da execução dos acordos.-----

-----**O Presidente da Câmara**, disse estar em crer que as diferenças tinham a ver com a própria delegação de competências. No caso de Santiago a delegação de competências era no Centro de Dia, julgando que era o único caso em que isso acontecia. Santiago por exemplo não tinha competências delegadas ao nível dos espólios desportivos, nem da limpeza, justificando-se a diferença pelas matérias diferentes. -----

-----Dado não haver mais nenhuma manifestação de intervenção, foi colocado a votação o ponto **JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ACORDOS DE EXECUÇÃO.**----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar:-----

-----1. Celebrar, no imediato, acordos de execução, nos termos das minutas apresentadas, com todas as freguesias da área do Concelho para o exercício das seguintes competências:-----

----- a) Assegurar a realização de pequenas obras e reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo em **todas as freguesias**;-----

Ata nº5 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- b) Assegurar a limpeza e conservação de valetas, bermas, caminhos, ruas e passeios, que não estejam compreendidos nas competências materiais da junta de freguesia, na área da **freguesia do Castelo**;-----

-----c) Assegurar a limpeza e conservação de valetas, bermas e passeios na área da **freguesia da Quinta do Conde**;-----

-----d) Assegurar a gestão, conservação, reparação e limpeza do espaço destinado à venda ambulante na área da **freguesia da Quinta do Conde**;-----

-----2. Que os acordos de execução a celebrar com as juntas de freguesia tenham efeitos a partir do dia 30 de setembro de 2013.-----

-----3. Iniciar as negociações com as juntas de freguesia da área do Concelho para a celebração de aditamentos aos acordos que foram apresentados como anexo à proposta ou novos acordos de execução com mais competências do que as previstas na proposta, a assinar no prazo de 180 dias a contar da data da instalação dos respetivos órgãos do município e da freguesia.-----

-----A **Presidente da Assembleia** deu passagem ao ponto **9. JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS**-----

-----Dado não ter havido qualquer manifestação para intervenção, este ponto foi colocado a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar no imediato, a celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das minutas apresentadas, com todas as freguesias da área do Concelho para o exercício das seguintes competências:-----

----- a) Prestar apoio à 3.ª idade, nomeadamente através da gestão e manutenção do Centro de Convívio de Sesimbra – delegação da Fonte Nova, na **freguesia de Santiago**;-----

----- b) Proceder à reparação de polidesportivos descobertos, promover a aquisição de sinalização toponímica, bem como a aquisição e colocação de abrigos de passageiros nas áreas das **freguesias do Castelo e da Quinta do Conde**;-----

-----c) Proceder à colocação de sinalização vertical na área da freguesia da Quinta do Conde.

-----Foi ainda deliberado que os contratos de delegações de competências a celebrar com as Juntas Freguesias tenham efeitos a partir do dia 30 de setembro de 2013.-----

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o **“Período da Ordem de Trabalhos”**, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente



## Assembleia Municipal de Sesimbra

reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão era uma hora e trinta minutos do dia 11 de janeiro de 2014. -----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----